

DESARQUIVAR



CÂMARA DOS DEPUTADOS
(DO SR. EDUARDO JORGE)

ASSUNTO:

Suprime dispositivos do artigo 150 da Constituição Federal.

DESPACHO: À COM. DE CONST. E JUST. E DE RED.

A O A R Q U I V O em 22 de NOVEMBRO de 19 93

DISTRIBUIÇÃO

- Ao Sr. _____, em _____ 19 ____
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em _____ 19 ____
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em _____ 19 ____
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em _____ 19 ____
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em _____ 19 ____
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em _____ 19 ____
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em _____ 19 ____
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em _____ 19 ____
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em _____ 19 ____
- O Presidente da Comissão de _____

1
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
N.º 176 DE 1993

CÂMARA DOS
DEPUTADOS

eCâmara - Proposições

Consulta tramitação das proposições

Proposição: **PEC-176/1993**

Autor: Eduardo Jorge - PT / SP

Data de Apresentação: 10/11/1993

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Ordinária

Apensada à: **PEC-175/1995**

Situação: PLEN: Tramitando em Conjunto.

*já tem parecer de
admissibilidade*

Ementa: SUPRIME DISPOSITIVOS DO ARTIGO 150 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Explicação da Ementa: SUPRIMINDO DISPOSITIVOS QUE PROIBE A UNIÃO FEDERAL, ESTADOS, (DF), MUNICIPIOS INSTITUIR IMPOSTOS SOBRE TEMPLOS DE QUALQUER CULTO, PATRIMONIO, RENDA OU SERVIÇOS DOS PARTIDOS POLITICOS, SINDICATOS, DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO E DE ASSISTENCIA SOCIAL, SEM FINS LUCRATIVOS E DOS LIVROS, JORNAIS, PERIODICOS, E O PAPEL DESTINADO A SUA IMPRESSÃO; ALTERANDO DISPOSITIVOS DA NOVA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Indexação: SUPRESSÃO, DISPOSITIVOS, TRIBUTAÇÃO, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NORMAS, EXTINÇÃO, PROIBIÇÃO, AUTORIZAÇÃO, POSSIBILIDADE, UNIÃO FEDERAL, ESTADOS, (DF), MUNICIPIOS, CRIAÇÃO, IMPOSTOS, TRIBUTOS, TEMPLO, IGREJA, INSTITUIÇÃO RELIGIOSA, PATRIMONIO, RENDA, SERVIÇO, PARTIDO POLITICO, ENTIDADES SINDICAIS, SINDICATO, TRABALHADOR, INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL, INSTITUIÇÃO ASSISTENCIAL, INSTITUIÇÃO BENEFICENTE, OBRA FILANTROPICA, LIVRO, JORNAL, PERIODICO, PAPEL, DESTINAÇÃO, IMPRESSÃO GRAFICA.

Despacho:

21/9/1995 - DO SENHOR PRESIDENTE, DEP LUIS EDUARDO, DETERMINANDO A APENSAÇÃO DESTA A PEC 175/95.

Legislação Citada **Pareceres, Votos e Redação Final**

- CCJR (CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO)

PAR 1 CCJR (Parecer de Comissão)

PRL 1 CCJR (Parecer do Relator) - JAIR SIQUEIRA

CVO 1 CCJR (Complementação de Voto) - JAIR SIQUEIRA







Publicação e Erratas

Publicação A de 08/08/1995

Última Ação:

21/9/1995 - MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) - DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE, DEP LUIS EDUARDO, DETERMINANDO A APENSAÇÃO DESTA A PEC 175/95.

Andamento:	
10/11/1993	PLENÁRIO (PLEN) APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO PELO DEP EDUARDO JORGE.
14/12/1993	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) DESPACHO A CCJR.
14/12/1993	PLENÁRIO (PLEN) LEITURA E PUBLICAÇÃO DA MATERIA. DCN1 22 02 94 PAG 1942 COL 02.
14/12/1993	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA)

	OF SGM/P 1182/93, DA PRESIDENCIA DA CD, ENCAMINHANDO ESTA PEC PARA TRANSFORMAÇÃO EM PROPOSTA DE EMENDA REVISIONAL.
15/6/1994	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) DEFERIDO OFICIO EJ/0028/94, DO DEP EDUARDO JORGE, SOLICITANDO O RETORNO DESTA PROPOSTA A ESTA CASA.  DCN1 16 06 94 PAG 9633 COL 01.
9/8/1994	Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (CCJR) RELATOR DEP JOSE ABRÃO.  DCN1 10 08 94 PAG 11664 COL 01.
2/2/1995	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) ARQUIVADO NOS TERMOS DO ARTIGO 105 DO REGIMENTO INTERNO. DC1S 03 02 95 PAG 0212 COL 01.
22/2/1995	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) DESARQUIVADO NOS TERMOS DO ARTIGO 105, PARAGRAFO UNICO DO RI.
8/3/1995	Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (CCJR) RELATOR DEP JAIR SIQUEIRA.  DCN1 10 03 95 PAG 3005 COL 01.
31/5/1995	Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (CCJR) PARECER DO RELATOR, DEP JAIR SIQUEIRA, PELA ADMISSIBILIDADE. VISTA CONJUNTA AOS DEP REGIS DE OLIVEIRA, PRISCO VIANA, UDSON BANDEIRA, MATHEUS SCHMIDT, EDINHO ARAUJO, CLAUDIO CAJADO, ELIAS ABRAHÃO E ZULAIE COBRA.  DCD 20 04 96 PAG 0363 COL 01. 
6/6/1995	Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (CCJR) DEVOLUÇÃO DO PROJETO PELOS DEP REGIS DE OLIVEIRA, UDSON BANDEIRA, MATHEUS SCHMIDT, EDINHO ARAUJO, PRISCO VIANA, CLAUDIO CAJADO, ELIAS ABRAHÃO E ZULAIE COBRA, SEM SE MANIFESTAREM. APROVAÇÃO UNANIME DO PARECER DO RELATOR, DEP JAIR SIQUEIRA, PELA INADMISSIBILIDADE DA ALIENA 'B' DO INCISO IV DO ARTIGO 150 DA CF. PELA INADMISSIBILIDADE DA ALINEA 'C', DO REFERIDO INCISO, CONTRA OS VOTOS DOS DEP VICENTE CASCIONE, CIRO NOGUEIRA, JAIRO AZI, JOSE LUIS CLEROT, ELIAS ABRAHÃO, REGIS DE OLIVEIRA, ZULAIE COBRA, JOSE GENOINO, MARCELO DEDA, MILTON MENDES, MILTON TEMER, MARCONI PERILLO, TALVANE ALBUQUERQUE, ALCIONE ATHAYDE, DE VELASCO E ALEXANDRE CARDOSO. PELA ADMISSIBILIDADE DA ALIENA 'D', DO REFERIDO INCISO, CONTRA OS VOTOS DOS DEP JAIR SIQUEIRA, CLAUDIO CAJADO, PAES LANDIM, ROBERTO MAGALHÃES, JAIR SOARES, JAIRO AZI, GERSON PERES, JARBAS LIMA, PRISCO VIANA, VALDENOR GUEDES, CORIOLANO SALES, DE VELASCO E NILSON GIBSON.
26/6/1995	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) LEITURA E PUBLICAÇÃO DO PARECER DA CCJR, PELA INADMISSIBILIDADE DA ALIENA 'B' E 'C' E PELA ADMISSIBILIDADE DA ALINEA 'D'. (PEC 176-A/93). DCN1 08 08 95 PAG 16445 COL 01. REP:  DCD 25 11 97 PAG 38112 COL 01. REP: DCD 19 01 99 PAG 2173 COL 01. REP: DCD 25 11 97 PAG 38112 COL 01.
21/9/1995	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE, DEP LUIS EDUARDO, DETERMINANDO A APENSAÇÃO DESTA A PEC 175/95.

Cadastrar para Acompanhamento

 [Página anterior](#) <  [Nova pesquisa](#) <

CÂMARA DOS DEPUTADOS



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 176, DE 1993
(DO SR. EDUARDO JORGE)

Suprime dispositivos do artigo 150 da Constituição
Federal.

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

VENHA CÁMARA DOS DEPUTADOS CÁMARA DOS DEPUTADOS CÁMARA DOS DEPUTADOS
A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação
Em 10/1/93 Presidente

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 176, DE 1993.
(Do Sr. Eduardo Jorge)

Suprime dispositivos da
Constituição Federal.

do artigo 150

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. Ficam suprimidas as alíneas "b", "c" e "d" do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal.

JUSTIFICAÇÃO

As imunidades tributárias que pretendemos suprimir decorrem, quase todas, da Constituição de 1946; poucas foram introduzidas em nosso Direito pela Constituição de 1988.

Em 1946 saía o País de um prolongado período ditatorial e os constituintes da época, sequiosos por liberdade de pensamento, pensaram consegui-lo e garanti-lo, através de normas constitucionais. O que viu de lá para cá,



CÂMARA DOS DEPUTADOS



ao atravessarmos um período negro de nossa história, foi que os cuidados tomados pelo legislador constitucional não foram suficientes para impedir a queda da democracia e a conseqüente perda das liberdades constitucionais.

Além disso, o constituinte de 1946 não poderia prever que medidas baixadas com a melhor das intenções fossem utilizadas anos mais tarde para promover a evasão fiscal, abrigando-se à sombra da Lei Maior uma série de contribuintes que nem de longe poderiam pleitear os benefícios tributários concedidos pela Constituição.

Isso aconteceu não apenas com os templos, ampliada que foi à interpretação para acolher também outros imóveis pertencentes ao culto, como também na hipótese das instituições de educação. Nesse caso os métodos utilizados pelos contribuintes para se evadirem dos impostos têm sido mais escandalosos, pois até mesmo a instituição de empresas especiais administradoras de colégios foram instituídas para permitir a divisão do lucro entre seus proprietários.

A imunidade concedida às instituições de assistência social deu origem ao aparecimento de incontáveis instituições desmerecedoras do benefícios, mas deles gozando por absoluta impossibilidade de efetiva fiscalização por parte das autoridades.

A revogação da imunidade dos livros e jornais parece, à primeira vista, indefensável. No entanto a imunidade é criação nossa. Não é princípio constitucional alhures. Na França, por exemplo, os livros estão sujeitos à TVA e são tributados pela alíquota de 5,5%.

A tributação dos livros e jornais não fere a liberdade de imprensa, assim como a tributação do arroz e do feijão não fere o sagrado direito à vida. E tanto não fere que os lucros auferidos pelos editores estão sujeitos ao imposto sobre a renda, assim como os direitos autorais e



CÂMARA DOS DEPUTADOS



salários dos jornalistas e demais empregados nessas indústrias.

Acrescente-se que na imunidade acobertam-se a literatura do mais baixo nível e até mesmo as revistas pornográficas vendidas livremente nas bancas de jornais.

As imunidades referentes aos sindicatos e aos partidos políticos, decorrentes do casuísmo e do corporativismo atuantes na constituinte de 1987-1988, não se sustentam sozinhos. Caindo as antigas, devem essas ser igualmente suprimidas.

Por último, caberia dizer que a revogação dessas imunidades fortalece a posição daqueles que, como nós, pensam que todas as camadas da sociedade devem contribuir para o fim comum, cada uma, é evidente, de acordo com suas possibilidades, que nossa Lei Magna chama de capacidade econômica.

Certos de contar com a compreensão quanto ao alcance social e econômico da presente proposta, nós a submetemos à apreciação dos ilustres membros do Congresso Nacional, confiantes na sua aprovação

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1993.


Deputado **EDUARDO JORGE**

30696209.101



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Proposta de Emenda Constitucional que suprime as alíneas b, c e d do inciso VI do artigo 150 de Constituição Federal que prevê imunidades tributárias

NOME

ASSINATURA

PARTIDO

JOSE ABRAÃO

PSDB 5460

NEGLON MARQUEZELLI

PTB - 920

ODRÉIA KLEIN

PMDB - 1

ANGELA AMIN

PPR - SC

(CARLO) KAMATH

JOSE NUNO ESTANISLAU - PPR - SC

MALOLYNETHO P.F.L. SP.

A. STRECK PSDB/RSC

MORONI PSDB/CEC

COELHO A. CAMPOS/PA

DADO NUNES PC/SP

GEORGE TEIXEIRA PFLC

RUBEN BENTO - PFL/RSC

GERSON PERES C

SERGIO MIRANDA - PCB B-MG

JOAO ZEQUINHA - P.M.T.

WILSON CAMPOS

ELIAS MURATO - PSDB/MG

HAROLDO LIMA PCD 13/13a

JOSÉ ANIBAL/PSDB



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Proposta de Emenda Constitucional que suprime as alíneas b, c e d do inciso VI do artigo 150 de Constituição Federal que prevê imunidades tributárias

NOME	ASSINATURA	PARTIDO
Luiz Thomaz	[Assinatura]	PT/SP C
[Assinatura]	[Assinatura]	PT/MG C
José Picoto	[Assinatura]	PT SP C
[Assinatura]	[Assinatura]	PT/MG C
[Assinatura]	[Assinatura]	PPS C
[Assinatura]	[Assinatura]	PSDB C
[Assinatura]	[Assinatura]	PSDB C
[Assinatura]	[Assinatura]	PFL C
[Assinatura]	[Assinatura]	ELISIO CURVO - M.S. C
[Assinatura]	[Assinatura]	PT/RS C
[Assinatura]	[Assinatura]	ERNESTO GRADELA PSTU/SP C
[Assinatura]	[Assinatura]	Nilson Gibson PMDB C
[Assinatura]	[Assinatura]	EDENO PASSOS PT/PR C
[Assinatura]	[Assinatura]	Almi Ami PSDB C
[Assinatura]	[Assinatura]	IVO MAINARDI C
[Assinatura]	[Assinatura]	mauro Sérgio - PMDB-AL C
[Assinatura]	[Assinatura]	TORRE GEL C
[Assinatura]	[Assinatura]	ELISIO CURVO C
[Assinatura]	[Assinatura]	MUNHOZ DA ROCHA - PSDB/PR C
[Assinatura]	[Assinatura]	BONFIM DO VALLE BLANCO C



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Proposta de Emenda Constitucional que suprime as alíneas b, c e d do inciso VI do artigo 150 de Constituição Federal que prevê imunidades tributárias

NOME

ASSINATURA

PARTIDO

	UBIRATAN NOGUEIRA	PMDB - RJ
	JOÃO TIAGO KESTRINGHO	PMDB - AM
	KELSON BRANDÃO	PFL/RS
	EDSON RIBEIRO	PT/RS
	SIDNEY DE MENEZES	PR
	JORGE UEUQUED	PSDB/RS
	LUCIANO CASTRO	
	MARIA WIZA FONTENELLE	
	EDILSON BRANDÃO	PMDB
	ALSEOS MOSOSTO	PT
	NILMARIN MIRANDA	PTC
	WALSONINO BRONDANI	PT/RS
	PAULO ROCHA	PT/RS
	IRMA PASSONI	PT
	HELIO ROSAS	PMDB
	CHRIS AMOR	PMDB
	FLORESTAN FERNANDES	PTC
	CHILO SILILANTE	PMDB
	HERVEIO CASTELLO	PSDB/RS
	MARILOU GUIMARÃES	



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proposta de Emenda Constitucional que suprime as alíneas b, c e d do inciso VI do artigo 150 de Constituição Federal que prevê imunidades tributárias



NOME

ASSINATURA

PARTIDO

NOME	ASSINATURA	PARTIDO
ALBERTO ALBUQUERQUE		ALBERTO ALBUQUERQUE
LUÍZ PIATUKLIND		PSB C
MESSIAS FOIS		PFL C
WALDIR GUERRA		PFL/MS C
JAIR BOLSONARO		PPR-RJ
ALDO REBELO		PCdoB/SP C
PAULO LIMA		PFL-SP C
BERALDO BOQUENTIN		PSB C
SERP MORA		PPS C
JAMIL HADDAD		PSB C
JOSÉ FORINWATI		PTRS C
RENILDO CALHEIROS		PCdoB/PE C
ORACIO DANTAS		PSDB-BA C
JOSÉ CEVANO		C C
JAGUER WAGNER		C C
STEFANE PILE		PFL C
MERVAL LIMA		PMDB/TO C
PAULO SILVA		PSDB-PI C
LUÍCIO PINTO		PFL-PA C
EMERSON GALINDO		PSDB-TO C
JOSÉ CARLOS ALBUQUERQUE		PFL C
HELIO BICUDO		PT/SP C
LUÍZ MÁXIMO		PSDB/PA C



CÂMARA DOS DEPUTADOS



PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL QUE SUPRIME AS ALÍNEAS B, C e D, DO INCISO VI DO ARTIGO 150 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL QUE PREVÊ IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS.

NOME

ASSINATURA

PARTIDO

Haroldo S. Osório

Haroldo S. Osório C

Valdir Caxilero

Valdir Caxilero P-T. SA C

Roberto Freire

Roberto Freire PSB/PSC

Paulo Bernardo

PT/PR C

João Carlos

João Carlos PPR S.P. C

Frederico Freire

Frederico Freire PPR - RR C

Frederico Freire

Frederico Freire PSCB/PS C

Paulo Novais

Paulo Novais PPR - RR C

Paulo Novais

Paulo Novais PPR - RR C

Nilton Banió

Nilton Banió C

Vital de Rêgo

Vital de Rêgo C

Adilson Mawf

Adilson Mawf C

Djenal Gonçalves

Djenal Gonçalves C

Reclutação

Reclutação C

Edson Silva

Edson Silva C

Manoel Benedito

Manoel Benedito C

Edson Silva

Edson Silva C

Manoel Benedito

Manoel Benedito C

Manoel Benedito

Manoel Benedito C

Manoel Benedito

Manoel Benedito C

Manoel Benedito

Manoel Benedito C



CÂMARA DOS DEPUTADOS



PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL QUE SUPRIME AS ALÍNEAS B, C e D, DO INCISO VI DO ARTIGO 150 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL QUE PREVÊ IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS.

NOME

ASSINATURA

PARTIDO

Beto Mauro

122 Luiz Gonzaga

BETO MAURO PPR

C

123 [assinatura]

123 [assinatura]

123 [assinatura]

PT

C

124 [assinatura]

124 [assinatura]

124 [assinatura]

PT

C

125 [assinatura]

125 [assinatura]

125 [assinatura]

PDT/RS

C

126 [assinatura]

126 [assinatura]

126 [assinatura]

PDT/PA

C

127 [assinatura]

127 [assinatura]

127 [assinatura]

W.B. - C

C

128 [assinatura]

128 [assinatura]

128 [assinatura]

PDT/RS

C

129 [assinatura]

129 [assinatura]

129 [assinatura]

PMDB/ES

C

130 [assinatura]

130 [assinatura]

130 [assinatura]

PMDB

C

131 [assinatura]

131 [assinatura]

131 [assinatura]

SIGMARINGA SEIXAS

C

132 [assinatura]

132 [assinatura]

132 [assinatura]

Guilherme Bueno

C

133 [assinatura]

133 [assinatura]

133 [assinatura]

CARLOS LUIZ - PDT-RJ

C

134 [assinatura]

134 [assinatura]

134 [assinatura]

VIVALDO BARBOSA

C

135 [assinatura]

135 [assinatura]

135 [assinatura]

JOSE JARA

C

136 [assinatura]

136 [assinatura]

136 [assinatura]

MAURICIO NASAR

C

137 [assinatura]

137 [assinatura]

137 [assinatura]

MAURY MULLER

C

138 [assinatura]

138 [assinatura]

138 [assinatura]

TILSON

C

139 [assinatura]

139 [assinatura]

139 [assinatura]

JOSÉ ROBERTO

C

140 [assinatura]

140 [assinatura]

140 [assinatura]

José Roberto

C

141 [assinatura]

141 [assinatura]

141 [assinatura]

José Roberto

C

142 [assinatura]

142 [assinatura]

142 [assinatura]

José Roberto

C

143 [assinatura]

143 [assinatura]

143 [assinatura]

José Roberto

C

144 [assinatura]

144 [assinatura]

144 [assinatura]

José Roberto

C

145 [assinatura]

145 [assinatura]

145 [assinatura]

José Roberto

C



PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL QUE SUPRIME AS ALÍNEAS B, C e D, DO INCISO VI DO ARTIGO 150 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL QUE PREVÊ IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS.

NOME

ASSINATURA

PARTIDO

blue book - 10/10/10
 PONTES C
 LIBRANO CARDELO C
 BERNARDINO GONCALVES C
 ROBERTO CARVALHO - C
 NERY LOPEZ C
 ATILIA LINS C
 Sandra Starling C
 Valdenor Guedes C
 ELIEL RODRIGUES C
 Fernando Diniz C
 KENYONCA HETO C
 Paulo Taveira P.T. C
 Ricardo Blanes C
 PPT / AM BETH AZIZEE C
 EPRON M. SILVA - 11/03/10 C
 MAURICIO FERREIRA, BERNARDINO C
 MARIANO FILIPE C
 JORGE TADEU MURILLO C
 GERARDO NICKEL C
 GERALDO ANTONIO RE C
 ULDO RIBEIRO PINTO C
 ALIZIO ALVES C
 BERNARDO DE MORAES C



CÂMARA DOS DEPUTADOS



PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL QUE SUPRIME AS ALÍNEAS B, C e D, DO INCISO VI DO ARTIGO 150 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL QUE PREVÊ IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS.

NOME

ASSINATURA

PARTIDO

149 José Inácio Nogueira

ENRIQUE GONÇALVES

Enrique Gonçalves

PMDB

MAX ROSENTHAL

- GEDDER VIANA LIMA

WANDA REIS

ZAIRE RELENDE

JACQUES RIBEIRO

FÁBIO FERNANDES

- AECIO NEVES

Sergio Michel

Koyu Ima

José Linhares

Evandro Viana

NICOLAS RIBEIRO / PAC

HERMINIO CALVINHO / PA

PAULO SITHAN

MANO MARTINS

IVAN BURITX PFL / PR

Opelot Sauter

ELADIM PALMIRA

PMDB

MENDES RIBEIRO

Evandro Viana

PMDB - BO

Wesley Duarte

Evandro Viana

Evandro Viana

Evandro Viana

Evandro Viana



CONSTITUIÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1988

Titulo VI

DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

Capitulo I DO SISTEMA TRIBUTARIO NACIONAL

Seção I *Dos Principios Gerais*

Seção II *Das Limitações do Poder de Tributar*

Art. 150. Sem prejuizo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I — exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II — instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III — cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do inicio da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercicio financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

IV — utilizar tributo com efeito de confisco;

V — estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

VI — instituir impostos sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos politicos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



§ 1º A vedação do inciso III, *b*, não se aplica aos impostos previstos nos arts. 153, I, II, IV e V, e 154, II.

§ 2º A vedação do inciso VI, *a*, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 3º As vedações do inciso VI, *a*, e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 4º As vedações expressas no inciso VI, alíneas *b* e *c*, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 5º A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.

§ 6º Qualquer anistia ou remissão que envolva matéria tributária ou previdenciária só poderá ser concedida através de lei específica, federal, estadual ou municipal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

SECRETARIA-GERAL DA MESA

PAG : 1

DATA : 11/11/93



PROPOSIÇÃO = PEC

AUTOR: EDUARDO JORGE

	ASSINATURA	ESTADO	PARTIDO
1	- EDUARDO JORGE	SP	PT
2	- JOSE ABRAO	SP	PSDB
3	- NELSON MARQUEZELLI	SP	BLOCO 1
4	- ODACIR KLEIN	RS	PMDB
5	- ANGELA AMIN	SC	PPR
6	- CARLOS KAYATH	PA	BLOCO 1
7	- JOSE MARIA EYMAEL	SP	PPR
8	- MALULY NETTO	SP	BLOCO 1
9	- ADROALDO STRECK	RS	PSDB
10	- MORONI TORGAN	CE	PSDB
11	- CARLOS ALBERTO CAMPISTA	RJ	PDT
12	- DIOGO NOMURA	SP	PL
13	- GEORGE TAKIMOTO	MS	BLOCO 1
14	- RUBEN BENTO	RR	BLOCO 1
15	- GERSON PERES	PA	PPR
16	- SERGIO MIRANDA	MG	PC do B
17	- JOAO TEIXEIRA	MT	PL
18	- B. SA	PI	PP
19	- WILSON CAMPOS	PE	PMDB
20	- ELIAS MURAD	MG	PSDB
21	- HAROLDO LIMA	BA	PC do B
22	- JOSE ANIBAL	SP	PSDB
23	- LUCI CHOINACKI	SC	PT
24	- AGOSTINHO VALENTE	MG	PT
25	- JOSE CICOTE	SP	PT
26	- MAURICIO CALIXTO	RO	BLOCO 1
27	- JOAO PAULO	MG	PT
28	- AUGUSTO CARVALHO	DF	PPS
29	- SERGIO GAUDENZI	BA	PSDB
30	- LOURIVAL FREITAS	AP	PT
31	- SARNEY FILHO	MA	BLOCO 1
32	- ELISIO CURVO	MS	PRN
33	- PAULO PAIM	RS	PT
34	- ADAO PRETTO	RS	PT
35	- ERNESTO GRADELLA	SP	PSTU
36	- NILSON GIBSON	PE	PMDB
37	- EDESIO PASSOS	PR	PT
38	- CLOVIS ASSIS	BA	PSDB



39 -	IVO MAINARDI	RS	PMDB
40 -	MAURI SERGIO	AC	PMDB
41 -	TONY GEL	PE	PRN
42 -	MUNHOZ DA ROCHA	PR	PSDB
43 -	OSVALDO BENDER	RS	PPR
44 -	UBIRATAN AGUIAR	CE	PMDB
45 -	JOAO THOME	AM	PMDB
46 -	CESAR BANDEIRA	MA	BLOCO 1
47 -	EDEN PEDROSO	RS	PT
48 -	SIDNEY DE MIGUEL	RJ	PV
49 -	JORGE UEQUED	RS	PSDB
50 -	LUCIANO CASTRO	RR	PPR
51 -	MARIA LUIZA FONTENELE	CE	
52 -	ALOISIO VASCONCELOS	MG	PMDB
53 -	ALCIDES MODESTO	BA	PT
54 -	NILMARIO MIRANDA	MG	PT
55 -	WALDOMIRO FIORAVANTE	RS	PT
56 -	PAULO ROCHA	PA	PT
57 -	IRMA PASSONI	SP	PT
58 -	HELIO ROSAS	SP	PMDB
59 -	FLORESTAN FERNANDES	SP	PT
60 -	CHICO VIGILANTE	DF	PT
61 -	HELVECIO CASTELLO	ES	PSDB
62 -	MARILU GUIMARAES	MS	BLOCO 1
63 -	LUIZ PIAUHYLINO	PE	PSB
64 -	MESSIAS GOIS	SE	BLOCO 1
65 -	WALDIR GUERRA	MS	BLOCO 1
66 -	ALDO REBELO	SP	PC do B
67 -	PAULO LIMA	SP	BLOCO 1
68 -	BERALDO BOAVENTURA	BA	PSDB
69 -	SERGIO AROUCA	RJ	PPS
70 -	JAMIL HADDAD	RJ	PSB
71 -	JOSE FORTUNATI	RS	PT
72 -	RENILDO CALHEIROS	PE	PC do B
73 -	UBALDO DANTAS	BA	PSDB
74 -	JOSE GENOINO	SP	PT
75 -	JAKUES WAGNER	BA	PT
76 -	FATIMA PELAES	AP	BLOCO 1
77 -	MERVAL PIMENTA	TO	PMDB
78 -	PAULO SILVA	PI	PSDB
79 -	LUCIANO PIZZATTO	PR	BLOCO 1
80 -	EDMUNDO GALDINO	TO	PSDB
81 -	JOSE CARLOS ALELUIA	BA	BLOCO 1
82 -	HELIO BICUDO	SP	PT
83 -	LUIZ MAXIMO	SP	PSDB
84 -	HAROLDO SABOIA	MA	PT
85 -	VALDIR GANZER	PA	PT
86 -	ROBERTO FRANCA	PE	PSB
87 -	PAULO BERNARDO	PR	PT
88 -	PEDRO PAVAO	SP	PPR
89 -	FERNANDO FREIRE	RN	PPR



90 -	JANDIRA FEGHALI	RJ	PC do B
91 -	HEITOR FRANCO	SP	PPR
92 -	PAULO NOVAES	SP	PMDB
93 -	NILTON BAIANO	ES	PMDB
94 -	VITAL DO REGO	PB	PDT
95 -	ADILSON MALUF	SP	PMDB
96 -	DJENAL GONCALVES	SE	PPR
97 -	REDITARIO CASSOL	RO	* SUSP.
98 -	BENEDITA DA SILVA	RJ	PT
99 -	EDSON SILVA	CE	PDT
100 -	MARCO PENAFORTE	CE	PSDB
101 -	ODELMO LEAO	MG	PP
102 -	PEDRO IRUJO	BA	PMDB
103 -	SERGIO SPADA	PR	PP
104 -	MARIA LAURA	DF	PT
105 -	BETO MANSUR	SP	PPR
106 -	LUIZ GUSHIKEN	SP	PT
107 -	JOSE DIRCEU	SP	PT
108 -	WILSON MULLER	RS	PDT
109 -	GIOVANNI QUEIROZ	PA	PDT
110 -	JACKSON PEREIRA	CE	PSDB
111 -	PAULO RAMOS	RJ	PDT
112 -	RITA CAMATA	ES	PMDB
113 -	JOAO ALMEIDA	BA	PMDB
114 -	SIGMARINGA SEIXAS	DF	PSDB
115 -	CUNHA BUENO	SP	PPR
116 -	CARLOS LUPI	RJ	PDT
117 -	VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT
118 -	JOSE SERRA	SP	PSDB
119 -	MAURICIO NAJAR	SP	BLOCO 1
120 -	AMAURY MULLER	RS	PDT
121 -	TILDEN SANTIAGO	MG	PT
122 -	JOFRAN FREJAT	DF	BLOCO 1
123 -	JOAO NATAL	GO	PMDB
124 -	FRANCISCO RODRIGUES	RR	BLOCO 1
125 -	JOAO FAGUNDES	RR	PMDB
126 -	LUIS ROBERTO PONTE	RS	PMDB
127 -	LIBERATO CABOCLO	SP	PDT
128 -	REGINA GORDILHO	RJ	PRONA
129 -	RONALDO CAIADO	GO	BLOCO 1
130 -	NEY LOPES	RN	BLOCO 1
131 -	ATILA LINS	AM	BLOCO 1
132 -	SANDRA STARLING	MG	PT
133 -	VALDENOR GUEDES	AP	PP
134 -	ELIEL RODRIGUES	PA	PMDB
135 -	FERNANDO DINIZ	MG	PMDB
136 -	MENDONCA NETO	AL	PDT
137 -	PEDRO TONELLI	PR	PT
138 -	RICARDO MORAES	AM	
139 -	BETH AZIZE	AM	PDT
140 -	MAURILIO FERREIRA LIMA	PE	PMDB



141 -	JORGE TADEU MUDALEN	SP	PMDB
142 -	GERALDO ALCKMIN FILHO	SP	PSDB
143 -	ULDURICO PINTO	BA	PSB
144 -	ALUIZIO ALVES	RN	PMDB
145 -	BENEDITO DOMINGOS	DF	PP
146 -	JOSE THOMAZ NONO	AL	PMDB
147 -	EVALDO GONCALVES	PB	BLOCO 1
148 -	MAX ROSENMAN	PR	PDT
149 -	GEDDEL VIEIRA LIMA	BA	PMDB
150 -	WANDA REIS	RJ	* SUSP.
151 -	ZAIRE REZENDE	MG	PMDB
152 -	JABES RIBEIRO	BA	PSDB
153 -	FABIO FELDMANN	SP	PSDB
154 -	AECIO NEVES	MG	PSDB
155 -	SERGIO MACHADO	CE	PSDB
156 -	KOYU IMA	SP	PSDB
157 -	JOSE LINHARES	CE	PP
158 -	ERNANI VIANA	CE	PP
159 -	NICIAS RIBEIRO	PA	PMDB
160 -	HERMINIO CALVINHO	PA	PMDB
161 -	PAULO TITAN	PA	PMDB
162 -	MARIO MARTINS	PA	PMDB
163 -	IVAN BURITY	PB	BLOCO 1
164 -	VLADIMIR PALMEIRA	RJ	PT
165 -	LUIZ CARLOS HAULY	PR	PP
166 -	ARIOSTO HOLANDA	CE	PSDB
167 -	MENDES RIBEIRO	RS	PMDB
168 -	NESTOR DUARTE	BA	PMDB
169 -	LUIZ VIANA NETO	BA	BLOCO 1
170 -	DELCINO TAVARES	PR	PP

ASSINATURAS CONFIRMADAS.....	170
ASSINATURAS DE APOIAMENTO.....	0
ASSINATURAS REPETIDAS.....	3
ASSINATURAS ILEGIVEIS.....	0
ASSINATURAS QUE NAO CONFEREM.....	4
ASSINATURAS DE DEPUTADOS LICENCIADOS.....	0
ASSINATURAS DE SENADORES.....	0



REPETIDA

- 42 - ELISIO CURVO (REPETIDA)
- 59 - CLOVIS ASSIS (REPETIDA)
- 140 - EDSON SILVA (REPETIDA)

NAO CONFERE

- 53 - EDISON ANDRINO
- 63 - ALOIZIO MERCADANTE
- 66 - JAIR BOLSONARO
- 164 - CARLOS SANTANA



CÂMARA DOS DEPUTADOS
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Seção de Atas



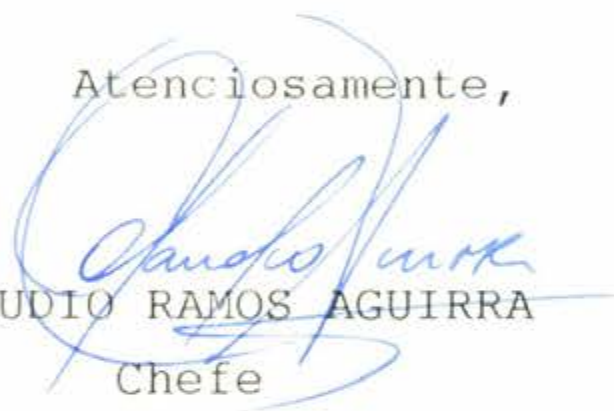
Brasília, 12 de novembro de 1993.

Senhor Secretário-Geral:

Comunico a Vossa Senhoria que a Proposta de Emenda à Constituição do Senhor Eduardo Jorge, que "Suprime dispositivos da Constituição Federal", contém número suficiente de signatários, constando a referida proposição de:

- 170 assinaturas válidas;
- 003 assinaturas repetidas; e
- 004 assinaturas que não conferem.

Atenciosamente,


CLAUDIO RAMOS AGUIRRA
Chefe

À Sua Senhoria o Senhor
Dr. MOZART VIANNA DE PAIVA
Secretário-Geral da Mesa
Câmara dos Deputados
N E S T A



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Req. EJ 01/95

Defiro o desarquivamento (RICD, art. 10 dos Projetos de Lei nºs 5.141/90; 5.676/90; 20/91; 1.135/91; 1.174/91; 1.394/91; 1.456/91; 1.920/91; 1.936/91; 2.022/91; 2.023/91; 2.242/91; 2.246/91; 3.744/93; 3.979/93; 4.080/93; 4.182/93; 4.546/94; 4.702/94; 4.810/94; dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 53/91; 199/92 e 432/94 das Propostas de Emenda à Constituição nºs 53/91; 199/92 e 432/94. Quanto ao Projeto de Lei nº 3.901/93, considerado prejudicado o pedido, tendo em vista não ter sido o mesmo submetido a arquivamento (RICD, art. 105, III). Publique-se.

Br: / / 95

[Assinatura]
PRESIDENTE

Sr. Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Art. 105 Parágrafo Único do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o desarquivamento dos projetos que passo a citar:

Projetos de Lei: 5141/90, 5676/90, 20/91, 1135/91, 1174/91, 1394/91, 1456/91, 1920/91, 1936/91, 2022/91, 2023/91, 2242/91, 2246/91, 3744/93, 3901/91, 3970/93, 4080/93, 4182/93, 4546/94, 4702/94, 4810/94; /93

Propostas de Emenda Constitucional: 169/93, 172/93, 176/93;

Projetos de Decreto Legislativo: 53/91, 199/92, 432/94.

Agradeço antecipadamente e aguardo breve resposta.

Atenciosamente,

[Assinatura]
Deputado Eduardo Jorge PT/SP

N SERA DESARQ. : 2242/91 - p/ repicar ao 2º de mérito
PEC 169-A/93 - P.T.O.R.D.




Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO

Em 23/06/95

Of.P nº 274/95-CCJR

Brasília, 19 de junho de 1995.

Senhor Presidente,

Apreciadas em reunião ordinária realizada por esta Comissão, envio a Vossa Excelência, para as devidas providências regimentais, as Proposições relacionadas abaixo:

- Proposta de Emenda à Constituição nº 176/93;
- Projetos de Decreto Legislativo nºs 29/95, 62/95, 63/95, 67/95, 70/95, 74/95 e 90/95.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e consideração.


Deputado ROBERTO MAGALHÃES
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado LUIS EDUARDO MAGALHÃES
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
N E S T A

CAMARA

2

GABINETE

AGENTE

Lote: 13

Caixa: 22

PEC Nº 176/1993

25

SECRETARIA - GERAL DA MESA

Recebido

Órgão *Presid* n.º *2032*

Data: *21/6/95* Hora: *17.10*

DP Ponto: *56W*

SGM/P nº 32

Brasília, 12 de janeiro de 1994

Senhor Deputado,

Tendo em vista o disposto no § 7º do art. 4º da Resolução nº 1/93-RCF, comunico a Vossa Excelência a transformação automática em Proposta(s) Revisional(is) da(s) Proposta(s) de Emenda à Constituição de autoria de Vossa Excelência, conforme quadro anexo.

Esclareço, por oportuno, que, nos termos do dispositivo mencionado, fica prejudicada a tramitação da matéria no âmbito da Casa, salvo eventual requerimento a ser formulado ao final dos trabalhos de revisão, pelo respectivo primeiro signatário, com respeito às não apreciadas (art. 34, § 3º da Resolução nº 1, de 1993 - RCF).

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço.


INOCÊNCIO OLIVEIRA
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Deputado EDUARDO JORGE
Gabinete 371 - Anexo III
N E S T A



8006- 4 2 4 00149 1993- 1715 A 03072 12721



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DOS TRABALHOS REVISIONAIS

ANO I - Nº 001

SEXTA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO DE 1993

BRASÍLIA-DF

CONGRESSO NACIONAL

Revisão da Constituição Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, HUMBERTO LUCENA, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 1993-RCF

Dispõe sobre o funcionamento dos trabalhos de revisão constitucional e estabelece normas complementares específicas.

O CONGRESSO NACIONAL resolve:

TÍTULO I DA REVISÃO CONSTITUCIONAL CAPÍTULO ÚNICO Da Regulamentação

Art. 1º Os trabalhos de revisão constitucional se regerão por esta Resolução e, subsidiariamente, pelas normas do Regimento Comum do Congresso Nacional, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

§ 1º As sessões dos trabalhos revisionais, ordinárias e extraordinárias, serão abertas com a presença de, pelo menos, 59 congressistas, registrada pelas listas próprias e se realizarão:

I - as ordinárias, nos dias úteis, exceto às segundas-feiras e sábados, começando às 14 horas e terminando às 19 horas, salvo nas sextas-feiras, quando serão realizadas das 9 horas às 13 horas;

II - as extraordinárias, mediante:

a) convocação de seu Presidente;

b) decisão do Plenário decorrente de requerimento de 59 congressistas ou de líderes que representem esse número.

§ 2º Havendo Ordem do Dia, o tempo da sessão será destinado à apreciação das matérias dela constantes.

§ 3º Os trabalhos do Congresso Nacional, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, inclusive reunião de Comissões, não poderão coincidir com os horários das sessões da revisão.

TÍTULO II
DOS TRABALHOS DE REVISÃO CONSTITUCIONAL
CAPÍTULO I
Da Direção dos Trabalhos

Art. 2º Os trabalhos da revisão constitucional serão realizados em sessão unicameral, pelos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, sob a direção da Mesa do Congresso Nacional, não se interrompendo por recesso deste.

CAPÍTULO II
Da Discussão das Propostas de Emenda e da Votação

Art. 3º Na sessão seguinte à publicação destas normas, terá início a discussão preliminar da matéria, que se prolongará pelo prazo de 25 dias, findo o qual será a discussão automaticamente encerrada.

Parágrafo único. Antes de se iniciar a discussão, o Presidente designará o Relator e, a pedido deste, nomeará relatores adjuntos.

Art. 4º Poderão oferecer propostas revisionais nos quinze primeiros dias de discussão:

I - qualquer congressista;

II - representação partidária com assento no Congresso Nacional, por meio de líder.

§ 1º As propostas deverão ser apresentadas em formulário definido pela Mesa, com expressa indicação do dispositivo, capítulo ou título da Constituição Federal a que se referem ou com o qual tenham correlação.

§ 2º As propostas revisionais deverão incluir, quando for o caso, disposições transitórias relativas à sua entrada em vigor.

§ 3º É vedada a apresentação de propostas revisionais que:

I - incidam na proibição constante do § 4º do art. 60 da Constituição;

II - substituam integralmente a Constituição;

Recebimento:
na sessão
ou na secretaria
9-05 19.

A partir
23/11

III - digam respeito a mais de um dispositivo, a não ser que se trate de modificações correlatas;

IV - contrariem a forma republicana de Estado e o sistema presidencialista de governo.

§ 4º Poderão apresentar proposta revisional, observados o prazo fixado no caput e os termos do § 3º, as Assembléias Legislativas de três ou mais Unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria de seus membros.

§ 5º Fica assegurada, no prazo estabelecido no caput e nos termos do § 3º, a apresentação de proposta revisional popular, desde que subscrita por quinze mil ou mais eleitores, em listas organizadas por, no mínimo, três entidades associativas legalmente constituídas, que se responsabilizarão pela idoneidade das assinaturas, obedecidas as seguintes condições:

I - a assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores do título eleitoral;

II - a proposta será protocolada perante a Mesa, que verificará se foram cumpridas as exigências estabelecidas para a sua apresentação;

III - cada eleitor poderá subscrever, no máximo, três propostas.

§ 6º As propostas de que tratam os §§ 4º e 5º terão a mesma tramitação das demais, integrando sua numeração geral.

§ 7º As propostas de emenda constitucional em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, ainda pendentes de parecer de mérito, serão transformadas em propostas revisionais e encaminhadas, pelas Mesas respectivas, na forma deste artigo, à Mesa do Congresso Nacional, prejudicada sua tramitação nas Casas de origem.

Art. 5º Durante o período de discussão, o congressista poderá falar, uma só vez, pelo prazo de quinze minutos.

Parágrafo único. Se, antes de findarem os 25 dias referidos no caput do art. 3º, não mais houver quem deseje usar da palavra, os que já tiverem ocupado a tribuna poderão falar, pela segunda vez, durante vinte minutos.

Art. 6º Findo o prazo de apresentação das propostas, serão estas publicadas no "Diário dos Trabalhos Revisionais" e em avulsos, tendo os congressistas o prazo de cinco dias a contar da distribuição dos avulsos, para apresentar emendas às propostas, as quais poderão ser supressivas, substitutivas, modificativas ou aditivas.

§ 1º Admitir-se-á, ainda, o oferecimento, em Plenário, no momento da votação, de emendas aglutinativas, resultantes de fusão de emendas em tramitação, ou destas com o texto de propostas em apreciação.

§ 2º As emendas aglutinativas podem ser apresentadas pelos autores das emendas objeto de fusão, por 59 congressistas ou por líderes que representem este número, devendo o Relator manifestar-se de imediato sobre elas, podendo oferecer subemendas.

§ 3º No caso de apresentação de emenda aglutinativa, admitir-se-á destaque para a parte de emenda objeto da fusão que não tenha sido aproveitada no texto aglutinado, mediante requerimento de 59 congressistas. *subemenda e líderes (?)*

Art. 7º Encerrada a discussão, as propostas revisionais e as emendas a elas oferecidas serão reunidas e organizadas em grupos, conforme a matéria constitucional a que diíserem respeito, e enviadas ao Relator, que sobre elas emitirá pareceres no prazo de dez dias,

CLC 24.32

podendo concluir pelo oferecimento de subemendas ou substitutivos, dispensadas as exigências do art. 4º, §§ 1º e 2º. *formulário e regras transitórias*

§ 1º Decorrido o prazo previsto no caput, sem manifestação do Relator, poderá a matéria ser incluída na Ordem do Dia, mediante aprovação pelo Plenário de requerimento subscrito por 59 congressistas ou líderes que representem este número, podendo o parecer ser dado oralmente em sessão. *50 dias*

§ 2º Em se tratando de parecer a grupo de propostas, concluirá aquele pela aprovação de uma delas, prejudicialidade ou rejeição das demais, pelo oferecimento de substitutivo ou pela rejeição global da matéria.

Art. 8º Oferecido parecer à proposta revisional ou a grupo de propostas, será a matéria encaminhada à Mesa para publicação no "Diário dos Trabalhos Revisionais" e em avulsos.

Art. 9º Observado o interstício de 24 horas da publicação dos avulsos com os pareceres respectivos, a matéria será incluída na Ordem do Dia para apreciação.

§ 1º A inclusão das matérias na Ordem do Dia obedecerá à ordem crescente dos dispositivos da Constituição sobre os quais incidam.

§ 2º Será permitido a qualquer congressista, antes de iniciada a Ordem do Dia e com apoio de 59 congressistas ou de líderes que representem este número, requerer preferência para votação de proposta de emenda sobre as do mesmo grupo, aplicando-se a regra do § 4º do art. 16.

Art. 10. O encaminhamento da votação das propostas ou grupo de propostas será feito por dois oradores a favor, tendo preferência o Autor da proposta, e dois contrários, previamente inscritos, pelo prazo de cinco minutos, além do Relator.

Parágrafo único. Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, cada líder poderá manifestar-se para orientar sua bancada, ou indicar congressista para fazê-lo em nome da Liderança, por tempo não excedente a um minuto. **caput* não há mais discussão*

Art. 11. No caso de apreciação de grupo de propostas, terá preferência para votação aquela com parecer favorável ou substitutivo do Relator, ressalvada a apresentação de requerimento na forma do § 2º do art. 9º. *preferência*

Art. 12. Aprovada a proposta revisional, ou o substitutivo que regimentalmente tenha preferência, votar-se-ão, em seguida, os requerimentos de destaque apresentados, admitido o procedimento previsto no § 3º do art. 16. *reg. de destaque em globo*

§ 1º Os destaques concedidos pelo Plenário serão votados logo após a aprovação do requerimento respectivo.

§ 2º No encaminhamento da votação da matéria destacada, será observado o disposto no art. 10.

§ 3º As emendas não destacadas serão encaminhadas ao arquivo. *art. 16, § 1º*

Art. 13. Cada matéria constitucional, depois de aprovada em primeiro turno, será remetida ao Relator para realizar a compatibilização ou a sistematização dos preceitos e a consolidação do texto, com vistas ao segundo turno.

§ 1º O Relator terá o prazo de cinco dias para concluir os trabalhos mencionados no caput e enviar o texto à Mesa para publicação.

§ 2º Qualquer congressista poderá oferecer, dentro do prazo de 48 horas, a contar da publicação do texto, emendas supressivas e de redação, estas destinadas a sanar lapsos ou vícios de linguagem. *Para o 2º turno*

§ 3º As emendas serão enviadas ao Relator para apresentação de parecer em 48 horas, o qual deverá ser publicado no "Diário dos Trabalhos Revisionais" e em avulsos.

§ 4º Observado o interstício de 24 horas da publicação ou da distribuição dos avulsos, a matéria será incluída na Ordem do Dia para votação, tendo preferência em relação às ainda não votadas. *2º turno*

§ 5º Na discussão, a palavra será concedida uma só vez aos oradores inscritos, no máximo de dois, com preferência para o Autor, pelo prazo de cinco minutos, assegurado o uso da palavra ao Relator, pelo prazo de dez minutos.

§ 6º Encerrada a discussão, a matéria será submetida à votação, seguida da apreciação dos requerimentos de destaque que somente poderão incidir sobre as emendas oferecidas no segundo turno.

§ 7º Encerrada a votação, a matéria aprovada será encaminhada ao Relator para oferecimento da redação final, dispensando-se esta, a juízo da Mesa, ouvido o Relator, se aprovada sem emendas ou na forma de substitutivo integral.

§ 8º A redação final será oferecida no prazo de 48 horas, publicada no "Diário dos Trabalhos Revisionais" e distribuída em avulsos, sendo incluída em Ordem do Dia, observado o interstício de 24 horas de sua publicação.

§ 9º A redação final será apreciada sem discussão, admitido o encaminhamento de votação, que se dará por maioria simples e processo simbólico.

§ 10. As dúvidas em relação ao texto serão dirimidas de imediato pela Mesa, ouvido o Relator.

§ 11. Decorridos cinco dias da publicação da redação final no "Diário dos Trabalhos Revisionais", poderá a matéria ser incluída na Ordem do Dia, com preferência sobre qualquer outra, para promulgação como Emenda Constitucional de Revisão. *(7)*

§ 12. A inclusão da matéria na Ordem do Dia, para promulgação como Emenda Constitucional de Revisão, será feita a requerimento de 59 congressistas ou líderes que representem este número, sujeito à deliberação do Plenário, por maioria absoluta.

Art. 14. Poderão 59 congressistas ou líderes que representem este número requerer preferência para inclusão, na Ordem do Dia, de propostas ou conjunto de propostas revisionais sem que seja observado o disposto no art. 9º destas normas, aplicando-se a regra do § 4º do art. 16. *24 horas*

Parágrafo único. Aprovado o requerimento pelo Plenário, a matéria preferencial será incluída na Ordem do Dia da sessão subsequente, antes mesmo da conclusão da votação da matéria que se encontrava em apreciação.

Art. 15. A aprovação das matérias constitucionais, nos termos do art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dar-se-á por maioria absoluta de votos dos congressistas e a das demais, por maioria simples.

CAPÍTULO III Dos Destaques

Art. 16. O destaque de partes de qualquer proposição em tramitação, bem como de emenda do grupo a que pertencer será concedido mediante deliberação do Plenário a requerimento de 59 congressistas ou líderes que representem este número, para:

I - votação em separado;
II - votação de emenda;
III - inclusão, no texto aprovado, de parte de emenda, subemenda ou proposição em tramitação.

§ 1º Os requerimentos de destaque poderão ser apresentados dentro das 24 horas que se seguirem à distribuição dos avulsos referidos no art. 8º. Na hipótese de parecer em Plenário, os requerimentos de destaque poderão ser oferecidos até o anúncio da votação da matéria a que se referirem.

§ 2º O requerimento de preferência para votação dos destaques deverá ser subscrito por, no mínimo, 59 congressistas ou líderes que representem esse número e apresentado até o início da Ordem do Dia. Ocorrendo o término da votação de uma matéria e iniciando-se, no mesmo dia, a votação da matéria em relação à qual incida o requerimento de preferência, sua apresentação se dará duas horas antes de iniciada a votação.

§ 3º Mediante requerimento de 59 congressistas ou líderes que representem esse número e deliberação do Plenário, os requerimentos de destaque poderão ser votados em globo.

§ 4º Terá prioridade para votação o requerimento de preferência que contiver o maior número de subscritores ou líderes que os representem. Havendo igual número de subscritores, a preferência caberá àquele que tiver sido oferecido em primeiro lugar.

§ 5º Anunciada sua votação e ausente o primeiro signatário do requerimento de destaque, ficará este prejudicado.

§ 6º Aprovado requerimento na hipótese de destaque prevista no inciso I do caput, será submetida à votação a matéria destacada, ficando aprovada se receber votos positivos da maioria absoluta dos congressistas.

§ 7º Aprovado requerimento nas hipóteses de destaque previstas nos incisos II e III do caput, considera-se incluída no texto respectivo a matéria objeto do destaque, se aprovada pela maioria absoluta dos congressistas.

§ 8º As propostas, as emendas e os destaques aprovados prejudicarão as proposições idênticas ou de finalidade oposta; os rejeitados prejudicarão as idênticas.

§ 9º Rejeitado ou retirado o requerimento de destaque, ou ainda, de qualquer forma considerado prejudicado, a matéria respectiva retornará ao grupo ou proposição a que pertencer e será tida como aprovada ou rejeitada conforme o sentido da votação original.

§ 10 As emendas com parecer favorável do Relator serão votadas destacadamente, independentemente de requerimento nos termos deste artigo.

CAPÍTULO IV

Seção I

Dos Processos de Votação

Art. 17. As votações, computados os votos unicameralmente, poderão ser realizadas pelos processos simbólico ou nominal.

§ 1º As matérias constitucionais somente serão votadas pelo processo nominal. Havendo quorum, o processo nominal será dispensado se, consultado o Plenário, nenhum de seus membros se opuser.

§ 2º As demais deliberações serão votadas pelo processo simbólico, salvo disposição regimental expressa ou deliberação do Plenário em outro sentido.

§ 3º Proclamado o resultado final da votação, nenhum membro dos trabalhos poderá ser admitido a votar.

§ 4º Caso o voto acionado pelo congressista não corresponda à sua vontade, poderá ele fazer declaração de voto, logo após a proclamação do resultado, sem alteração deste.

Seção II Da Verificação de Votação

Art. 18. Proclamado o resultado da votação simbólica, poderá ser pedida sua verificação em requerimento apoiado por, no mínimo, 59 congressistas ou líderes que representem esse número. A verificação será feita pelo sistema eletrônico, ou, na impossibilidade deste, pela chamada nominal.

§ 1º O Presidente, tendo dúvida sobre o resultado da votação simbólica, poderá, a qualquer tempo, determinar de ofício a verificação.

§ 2º Havendo-se realizado uma verificação de votação, não se admitirá nova antes do decurso de uma hora da proclamação do resultado.

CAPÍTULO V Do Adiamento da Discussão ou da Votação

Art. 19. O adiamento da discussão ou da votação poderá ser concedido pelo Plenário, mediante requerimento de, no mínimo, 59 congressistas ou de líderes que representem este número.

§ 1º Quando, para a mesma matéria, forem apresentados dois ou mais requerimentos, será votado, em primeiro lugar, o de prazo mais longo, que, se aprovado, prejudicará os demais.

§ 2º Os requerimentos não serão discutidos nem terão encaminhamento de votação.

CAPÍTULO VI Da Retirada de Proposição

Art. 20. O requerimento de retirada de qualquer proposição só poderá ser formulado por seu autor.

Art. 21. Quando pedida a retirada de proposição com parecer contrário, o Presidente deferirá o requerimento, independentemente de votação.

Parágrafo único. Dependerá da aprovação do Plenário o requerimento para retirada de proposição:

- I - sem parecer;
- II - com parecer favorável;
- III - com emenda; ou
- IV - integrante de emenda aglutinativa.

CAPÍTULO VII

Das Questões de Ordem

Art. 22. Constituirá questão de ordem, suscetível em qualquer fase da sessão, pelo prazo de três minutos, toda dúvida sobre a interpretação destas normas.

§ 1º Durante a Ordem do Dia só poderá ser levantada questão de ordem atinente diretamente à matéria que nela figure.

§ 2º A questão de ordem deverá ser objetiva, claramente formulada, com indicação precisa dos dispositivos regimentais cuja observância se pretenda elucidar, e referir-se à matéria tratada na ocasião.

§ 3º Se a questão de ordem não atender ao disposto no parágrafo anterior, o Presidente não permitirá a permanência do orador na tribuna e determinará a exclusão, da ata, das palavras por ele pronunciadas.

§ 4º Após a contradição por um congressista, no prazo do caput, a questão de ordem será resolvida pelo Presidente da sessão, não sendo lícito opor-se à decisão ou criticá-la na sessão em que for proferida.

§ 5º Da decisão do Presidente caberá, com o apoio de, no mínimo, 59 congressistas ou de líderes que representem este número, recurso ao Plenário, sem efeito suspensivo, ouvido o Relator.

§ 6º O Plenário poderá, a requerimento dos recorrentes, com o mesmo apoio mencionado no parágrafo anterior e ouvido o Relator, conceder efeito suspensivo ao recurso, e, se o fizer, apreciará de imediato a matéria, ouvido antes o Relator.

§ 7º A decisão do Plenário, mantendo ou reformando a deliberação do Presidente, terá, para todos os efeitos, força de norma regimental.

TÍTULO III

Disposições Gerais

CAPÍTULO I

Da Divulgação dos Trabalhos

Art. 23. Fica criado, junto à Mesa, sob a coordenação dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, o Serviço de Divulgação, com a finalidade de promover, através dos meios de comunicação social, a divulgação dos trabalhos revisionais.

§ 1º O Serviço de Divulgação utilizará, para o cumprimento de suas finalidades, a estrutura e o pessoal da Subsecretaria de Divulgação do Senado Federal e da Assessoria de Divulgação e Relações Públicas - ADIRP, da Câmara dos Deputados.

§ 2º Cabe ao Serviço de Divulgação:

I - fornecer, diariamente, aos meios de comunicação social, material noticioso sobre os trabalhos revisionais;

II - editar resumo das atividades revisionais, propostas e debates, a ser distribuído, gratuitamente, às Prefeituras, Câmaras de Vereadores, Governos Estaduais, Assembleias Legislativas, Diretórios de Partidos Políticos, universidades, escolas, sindicatos, associações, entidades da sociedade civil e a cidadãos que o solicitarem;

III - organizar, com apoio dos órgãos oficiais, gravação e arquivamento, de som e imagem, dos debates e decisões principais do Plenário, conforme instruções da Mesa, fornecendo, cópias aos partidos políticos que o requeiram e destinando os originais ao arquivo dos trabalhos revisionais.

Art. 24. As emissoras de rádio e televisão cederão, diariamente, ao Serviço de Divulgação, para apresentação de programa informativo, contendo a síntese dos trabalhos revisionais, dois horários, de cinco minutos cada um, assim distribuídos:

I - nas emissoras de televisão, um entre doze e quatorze horas, e outro entre dezenove e vinte e duas horas;

II - nas emissoras de rádio, um entre sete e nove horas, e outro entre doze e quatorze horas.

Parágrafo único. Caberá à Empresa Brasileira de Radiodifusão - RADIOBRÁS - com apoio do Serviço de Divulgação, editar e gerar os programas previstos neste artigo.

Art. 25. A Presidência poderá requisitar no rádio e na televisão, horário de, no máximo, sessenta minutos, para a divulgação de fato relevante, de interesse dos trabalhos revisionais.

Art. 26. As emissoras de televisão estatais e educativas cederão até sessenta minutos de sua programação diária ao Serviço de Divulgação para a realização de debates sobre temas da revisão constitucional.

Art. 27. Até o final da revisão, parte do tempo destinado ao Poder Legislativo no programa "Voz do Brasil" será utilizado para divulgação das atividades dos trabalhos revisionais.

CAPÍTULO II Da Alteração destas Normas

Art. 28. Estas normas regimentais poderão ser alteradas por projeto de resolução de iniciativa:

I - da Mesa;

II - de, no mínimo, 59 congressistas.

§ 1º Na hipótese do inciso I, publicado o projeto e distribuídos os avulsos, será aquele incluído na Ordem do Dia de sessão a realizar-se dentro de cinco dias, destinada à sua discussão.

§ 2º Na hipótese do inciso II, recebido o projeto, será este publicado no "Diário dos Trabalhos Revisionais" e em avulsos, sendo encaminhado à Mesa a fim de receber parecer no prazo de cinco dias.

§ 3º Publicado o parecer e distribuído em avulsos, proceder-se-á na forma do § 1º.

Art. 29. Encerrada a discussão, com a apresentação de emendas, o projeto voltará à Mesa que, no prazo máximo de dez dias, sobre elas emitirá parecer.

§ 1º Publicado o parecer e distribuído em avulsos, o projeto será incluído em Ordem do Dia, para votação.

§ 2º Se aprovado, a Mesa oferecerá, dentro de 48 horas, a redação final do projeto, sem discussão ou encaminhamento, sendo a resolução correspondente promulgada pelo seu Presidente.

CAPÍTULO III Disposições Finais

Art. 30. As bancadas dos partidos ou blocos serão representados por seus líderes na Câmara ou no Senado, alternativamente.

Art. 31. A Mesa do Congresso Nacional poderá requisitar às Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados quaisquer de seus servidores, sem prejuízo dos vencimentos, direitos e vantagens inerentes aos cargos ou funções, bem como documentos, serviços e dependências daquelas Casas julgados necessários ou úteis ao funcionamento dos trabalhos revisionais.

Art. 32. Poderão as Casas do Congresso Nacional contratar, por tempo determinado, correspondente aos trabalhos de revisão constitucional, especialistas considerados necessários àqueles trabalhos.

Art. 33. As despesas com os trabalhos revisionais, inclusive as pertinentes a pessoal, serão custeadas pelas respectivas dotações das Casas do Congresso Nacional, que deverão solicitar ao Poder Executivo a abertura de crédito especial necessário ao atendimento daquelas despesas.

Art. 34. Os trabalhos serão encerrados no dia 15 de março de 1994, convocando-se, a seguir, sessão solene para promulgação, ficando prejudicadas as matérias não apreciadas.

§ 1º O encerramento dos trabalhos poderá ser antecipado, mediante requerimento de 59 congressistas ou líderes que representem esse número, aprovado pelo Plenário, por maioria absoluta.

§ 2º Rejeitado o requerimento, nova proposta de encerramento somente poderá ser apresentada depois de quinze dias.

§ 3º As Propostas de Emenda à Constituição transformadas em propostas revisionais, nos termos do § 7º do art. 4º, não apreciadas, poderão retomar sua tramitação normal na Casa respectiva, desde que apresentado requerimento nesse sentido pelo primeiro signatário.

Art. 35. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CONGRESSO NACIONAL, EM 18 DE NOVEMBRO DE 1993

SENADOR HUMBERTO LUCENA
PRESIDENTE

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

<i>PRESIDENTE</i>	<i>Senador</i> HUMBERTO LUCENA
<i>1º VICE-PRESIDENTE</i>	<i>Deputado</i> ADYLSO MOTA
<i>2º VICE-PRESIDENTE</i>	<i>Senador</i> LEVY DIAS
<i>1º SECRETÁRIO</i>	<i>Deputado</i> WILSON CAMPOS
<i>2º SECRETÁRIO</i>	<i>Senador</i> NABOR JÚNIOR
<i>3º SECRETÁRIO</i>	<i>Deputado</i> AÉCIO NEVES
<i>4º SECRETÁRIO</i>	<i>Senador</i> NELSON WEDEKIN

Lote: 13 Caixa: 22
PEC Nº 176/1993
36

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 12 PÁGINAS



CONGRESSO NACIONAL

Revisão da Constituição Federal

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 01, DE 1993-RCF

Dispõe sobre o funcionamento dos trabalhos de revisão constitucional e estabelece normas complementares específicas.

TÍTULO I

Da Revisão Constitucional

CAPÍTULO ÚNICO

Da Regulamentação

Art. 1º Os trabalhos de revisão da Constituição Federal reger-se-ão pelas disposições específicas constantes desta Resolução e, subsidiariamente, pelas normas dos Regimentos Comum do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

§ 1º As sessões dos trabalhos revisionais, ordinárias e extraordinárias, serão abertas com a presença de, pelo menos, 59 (cinquenta e nove) parlamentares, registrados pelas listas de presença, e realizar-se-ão:

I - as ordinárias, nos dias úteis, exceto às segundas-feiras e sábados, começando às 14:00 horas e terminando às 19:00 horas, salvo nas sextas-feiras, quando serão realizadas das 9:00 horas às 13:00 horas;

II - as extraordinárias, mediante convocação de seu Presidente.

§ 2º Havendo Ordem do Dia, o tempo da sessão será destinado à apreciação das matérias dela constantes.

§ 3º Os trabalhos do Congresso Nacional, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados não poderão coincidir com os horários de sessões da Revisão, inclusive reuniões de comissões.

TÍTULO II

Dos Trabalhos de Revisão Constitucional

CAPÍTULO I

Da Direção dos Trabalhos

Art. 2º Os trabalhos da revisão constitucional serão realizados em sessão unicameral, pelos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, sob a direção da Mesa do Congresso Nacional.

CAPÍTULO II

Da Discussão das Propostas de Emenda e da Votação

Art. 3º Na sessão seguinte à publicação destas normas, iniciar-se-á a discussão da matéria, que se prolongará pelo prazo de 20 (vinte) dias, findo o qual será a discussão automaticamente encerrada.

Parágrafo único. Após a referida publicação, o Presidente designará o Relator e, a pedido deste, nomeará Relatores Adjuntos.

Art. 4º Nos 10 (dez) primeiros dias de discussão, qualquer parlamentar e representação partidária com assento no Congresso Nacional, poderão oferecer Propostas de Emendas Revisionais, fundamentando-as, o primeiro, da tribuna, durante o prazo que os seus autores tiverem para discuti-las, ou enviando-as à Mesa com justificação escrita.

§ 1º As propostas deverão ser apresentadas em formulário definido pela Mesa, com expressa indicação do dispositivo, capítulo ou título da Constituição Federal a que se refere ou com o qual tenham correlação.

§ 2º As propostas de emendas revisionais deverão incluir disposições transitórias relativas à sua entrada em vigência.

§ 3º É vedada a apresentação de propostas de emendas revisionais que incidam na proibição constante do § 4º do art. 60 da Constituição de 1988 ou que substituam integralmente a Constituição ou que digam respeito a mais de um dispositivo, a não ser que trate de modificações correlatas, de maneira que a alteração, relativamente a um dispositivo, envolva a necessidade de se alterarem outros.

§ 4º Fica assegurada, no prazo estabelecido no caput deste artigo e nos termos do parágrafo anterior, apresentação de propostas de emenda revisional popular, desde que subscrita por trinta mil ou mais eleitores brasileiros, em listas organizadas por, no mínimo três entidades associativas, legalmente constituídas, que se responsabilizarão pela idoneidade das assinaturas, obedecidas as seguintes condições:

I - a assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível endereço e dados identificadores de seu título eleitoral;

II - a proposta será protocolada perante a Mesa, que verificará se foram cumpridas as exigências estabelecidas para a sua apresentação;

III - a proposta apresentada na forma deste parágrafo terá a mesma tramitação das demais propostas, integrando sua numeração geral;

IV - cada eleitor poderá subscrever, no máximo, três propostas.

§ 5º Mais de 1/3 (um terço) das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros, obedecido o prazo fixado no *caput* deste artigo e os termos do § 3º retro, poderão apresentar proposta de emenda revisional, que terão a tramitação destas normas.

Art. 5º Durante o período de discussão, o parlamentar poderá falar, uma só vez, pelo prazo de 15 (quinze) minutos.

Parágrafo único. Se, antes de findos os 20 (vinte) dias referidos no *caput* do art. 5º, não mais houver quem deseje usar da palavra, os que já houverem ocupado a tribuna poderão falar, pela segunda vez, durante 20 (vinte) minutos.

Art. 6º Findo o prazo de apresentação das propostas, estas serão publicadas no Diário dos Trabalhos Revisionais e em avulsos, e os parlamentares terão o prazo de 5 (cinco) dias a contar da distribuição dos avulsos, para apresentar emendas às propostas, que poderão ser supressivas, substitutivas, modificativas ou aditivas;

Parágrafo único. Admitir-se-á, ainda, o oferecimento, em Plenário, de emendas aglutinativas, resultante de fusão de outras emendas em tramitação, ou destas com o texto de propostas, quando da votação da parte da proposição ou do dispositivo a que elas se referirem. Podem elas ser apresentadas pelos autores das emendas objeto da fusão, por um décimo dos membros do Plenário ou por Líderes que representem este número e sobre elas manifestar-se-á, de imediato, o Relator, podendo oferecer subemendas.

Art. 7º Encerrada a discussão, as Propostas de Emendas Revisionais e as emendas a elas oferecidas serão reunidas e organizadas em grupos, tendo em vista a matéria constitucional que tenham por objeto, e serão enviadas ao Relator que passará a emitir pareceres sobre as proposições, podendo concluir por subemendas ou substitutivos, dispensadas as exigências do art. 4º, ressalvada a proibição constante do § 4º do art. 60 da Constituição Federal, ou outras constantes destas normas.

§ 1º Decorrido o prazo de dez dias contados do encaminhamento ao Relator, poderá a matéria pendente de parecer ser incluída na Ordem do Dia mediante requerimento de 117 (cento e dezessete) parlamentares, ou de Líderes que representem este número, sujeito à deliberação do Plenário, hipótese em que nele o Relator proferirá pareceres.

§ 2º Em se tratando de parecer a grupo de propostas de emendas, o mesmo concluirá pela aprovação de uma, prejudicialidade ou rejeição das demais, pelo oferecimento de substitutivo ou pela rejeição global da matéria.

Art. 8º Oferecido parecer à proposta de emenda revisional ou a grupo de propostas, será a matéria encaminhada à Mesa para publicação no Diário dos Trabalhos Revisionais e em avulsos.

Art. 9º Observado o interstício de 48 (quarenta e oito) horas da publicação dos avulsos com os pareceres respectivos, a Proposta de Emenda Revisional ou grupo de propostas será incluído em Ordem do Dia para sua apreciação.

§ 1º A inclusão das matérias na Ordem do Dia obedecerá a ordem crescente dos dispositivos da Constituição sobre os quais incidam.

§ 2º Será permitido a qualquer membro, antes de iniciada a Ordem do Dia e com apoio de 59 (cinquenta e nove) dos membros dos trabalhos, ou de Líderes que representem este número, requerer preferência para votação de proposta de emenda sobre as do mesmo grupo.

Art. 10. O encaminhamento da votação das propostas ou grupo de propostas será feito por 4 (quatro) parlamentares, previamente inscritos, pelo prazo de 5 (cinco) minutos, e pelo Relator.

Parágrafo único. Poderão, ainda, encaminhar a votação os Líderes partidários, por prazo que variará de 3 (três) a 15 (quinze) minutos, a ser concedido na proporção do número de membros de cada bancada.

Art. 11. No caso de apreciação de grupo de propostas, terá preferência para votação aquela com parecer favorável ou o substitutivo do Relator.

Art. 12. A votação de cada proposta de emenda revisional ou grupo de propostas será precedida pela votação da admissibilidade dos requerimentos de destaques correspondentes à matéria, que poderão ser votados em globo.

§ 1º Aprovada a proposta de emenda revisional votar-se-ão os destaques concedidos. As emendas às propostas serão votadas em globo, conforme tenham parecer favorável ou contrário, ressalvados os destaques.

§ 2º No encaminhamento da votação da matéria destacada, poderão usar da palavra, por 5 (cinco) minutos, 2 (dois) membros a favor, tendo preferência o autor do requerimento, e 2 (dois) contra, além do Relator.

Art. 13. Concluída a votação de cada matéria constitucional, será esta remetida ao Relator a fim de elaborar, no prazo de 5 (cinco) dias, a redação final e realizar a compatibilização ou sistematização dos preceitos e a consolidação do texto, o que será encaminhado à Mesa para publicação.

§ 1º Qualquer um dos parlamentares poderá oferecer, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da publicação da redação final, emendas supressivas e as destinadas a sanar omissões, erros ou contradições e, ainda, de redação para correção de linguagem.

§ 2º As emendas serão enviadas ao Relator que, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, oferecerá parecer, que será, juntamente com as emendas, publicado no Diário dos Trabalhos Revisionais e em avulsos.

§ 3º Decorridas 48 (quarenta e oito) horas da distribuição dos avulsos, a matéria será incluída na Ordem do Dia para votação, tendo ela preferência em relação às matérias ainda não votadas.

§ 4º Na discussão, a palavra será concedida uma só vez aos oradores inscritos, no máximo de 3 (três), pelo prazo de 5 (cinco) minutos, assegurado o uso da palavra ao Relator, pelo prazo de 10 (dez) minutos.

§ 5º Encerrada a discussão, a redação final será submetida a votação, seguida dos destaques, que somente poderão incidir sobre as emendas oferecidas, e, sucessivamente, do grupo de emendas, conforme tenham parecer favorável ou contrário.

§ 6º No encaminhamento da votação da matéria destacada, poderão usar da palavra, por 5 (cinco) minutos, 1 (um) membro dos trabalhos a favor, tendo preferência o autor do requerimento, e 1 (um) contra.

§ 7º Encerrada a votação, o texto final, se houver modificação, será publicado no Diário dos Trabalhos Revisionais e em avulsos. Flúidos 5 (cinco) dias a contar do encerramento da votação ou da publicação, conforme for o caso, e até a data final dos trabalhos revisionais, a matéria será incluída na Ordem do Dia, com preferência sobre qualquer outra, para promulgação, como Emenda Constitucional de Revisão, recebendo a numeração correspondente. A inclusão na Ordem do Dia para promulgação poderá ser decorrente de requerimento formulado por qualquer parlamentar, com o apoio de 117 (cento e dezessete) outros, ou de Líderes que representem este número, sujeito à deliberação, por maioria absoluta, do Plenário.

§ 8º Na hipótese de não haver oferecimento de emendas, o Presidente, dentro de 5 (cinco) dias a contar da fluência daquele prazo, procederá na forma da segunda parte do parágrafo anterior.

Art. 14. Cento e dezessete (117) parlamentares, ou Líderes que representem este número, poderão requerer preferência para inclusão, na Ordem do Dia, de propostas ou conjunto de propostas de emenda revisionais sem que seja observado o disposto no art. 9º destas normas.

Parágrafo único. Aprovado o requerimento pelo Plenário, a matéria preferencial será incluída na Ordem do Dia da sessão subsequente antes, mesmo, da conclusão da votação da matéria que se encontrava em apreciação.

Art. 15. As deliberações sobre a matéria constitucional, nos termos do art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, serão tomadas por maioria absoluta de votos dos membros dos trabalhos, e, as demais, por maioria simples.

CAPÍTULO III

Dos Destaques

Art. 16. O destaque de partes de qualquer proposição, bem como de emenda do grupo a que pertencer será concedido mediante deliberação do Plenário;

I - a requerimento de 195 (cento e noventa e cinco) parlamentares, ou de Líderes que representem este número, para votação em separado de partes das proposições em tramitação;

II - a requerimento de 59 (cinquenta e nove) parlamentares, ou de Líderes que representem este número, para:

a) aprovação de emenda, de parte de emenda, de subemenda, de parte de proposição, quando a votação se faça preferencialmente sobre outra;

b) supressão, total ou parcialmente, de um ou mais dispositivos da proposição em votação.

§ 1º Os requerimentos de destaque poderão ser apresentados dentro das 48 (quarenta e oito) horas que se seguirem à distribuição dos avulsos referidos no art. 8º. Na hipótese de parecer em Plenário, os requerimentos de destaque poderão ser oferecidos até o anúncio da votação da matéria a que se referirem.

§ 2º O requerimento de preferência para votação dos destaques de que trata este artigo deverá ser subscrito por, no mínimo, 117 (cento e dezessete) parlamentares, ou Líderes que representem esse número, e apresentado até o início da sessão respectiva. Na hipótese de ocorrer o término da votação de uma matéria e, no mesmo dia, iniciar-se a votação da matéria em relação a qual incida o requerimento de preferência, sua apresentação dar-se-á duas horas antes de iniciada a sua votação.

§ 3º Mediante requerimento de 117 (cento e dezessete) parlamentares ou de Líderes que representem este número, os requerimentos de destaques, como também as matérias destacadas, serão votados em bloco.

§ 4º Terá prioridade para votação o requerimento de preferência que contiver o maior número de subscritores, salvo acordo em contrário manifestado pelos primeiros subscritores de cada requerimento. Na hipótese de igual número de subscritores, a prioridade competirá àquele que foi oferecido em primeiro lugar.

§ 5º Ausente o primeiro firmatário do requerimento de destaque, tanto o requerimento, como o destaque concedido, não serão submetidos à deliberação do Plenário, salvo autorização por escrito do mesmo a um dos seus subscritores.

§ 6º Na hipótese de destaque previsto no inciso I do *caput* deste artigo, será submetida à votação a matéria destacada, ficando aprovada se a mesma receber votos positivos da maioria absoluta dos membros dos trabalhos.

§ 7º Na hipótese de destaque previsto no inciso II do *caput* deste artigo, considera-se incluída ou excluída do texto respectivo a matéria objeto do destaque, se este for aprovado pela maioria absoluta dos membros dos trabalhos revisionais.

§ 8º As propostas, as emendas e os destaques aprovados ou rejeitados prejudicarão as proposições conexas.

CAPÍTULO IV

SEÇÃO I

Dos Processos de Votação

Art. 17. As votações, computados os votos unicameralmente, poderão ser realizadas pelos processos simbólico ou nominal.

§ 1º As matérias constitucionais somente serão votadas pelo processo nominal. Havendo quorum, o processo nominal será dispensado se, consultado o Plenário, nenhum de seus membros se opuser à unanimidade manifestada.

§ 2º As demais deliberações serão votadas pelo processo simbólico, salvo disposição regimental expressa ou deliberação do Plenário em outro sentido.

§ 3º Proclamado o resultado final da votação, nenhum membro dos trabalhos poderá ser admitido a votar.

§ 4º Caso o voto acionado pelo parlamentar não corresponda à sua vontade, poderá ele fazer declaração de voto, logo após a proclamação do resultado, sem alteração do resultado.

SEÇÃO II

Da Verificação de Votação

Art. 18. Proclamado o resultado da votação simbólica, poderá ser pedida sua verificação em requerimento apoiado por, no mínimo, 117 (cento

e dezessete) parlamentares, ou Líderes que representem esse número. A verificação será procedida pelo sistema eletrônico.

Parágrafo único. Havendo-se procedido a uma verificação de votação, antes do decurso de uma hora da proclamação do resultado, só será admitida nova verificação por deliberação do Plenário, a requerimento de 117 (cento e dezessete) parlamentares, ou de Líderes que representem este número.

CAPÍTULO V

Do Adiamento da Discussão ou da Votação

Art. 19. O adiamento da discussão ou da votação poderá ser concedido pelo Plenário, mediante requerimento de, no mínimo 117 (cento e dezessete) membros dos trabalhos, ou de Líderes que representem este número por prazo previamente fixado, que não poderá ultrapassar 48 (quarenta e oito) horas.

§ 1º Quando, para a mesma matéria, forem apresentados dois ou mais requerimentos, será votado, em primeiro lugar, o de prazo mais longo, ficando os demais prejudicados.

§ 2º Os requerimentos não serão discutidos, nem terão encaminhamento de sua votação.

CAPÍTULO VI

Da Retirada de Proposição

Art. 20. O requerimento de retirada de qualquer proposição só poderá ser formulada por seu autor.

Art. 21. Quando pedida a retirada de proposição com parecer contrário, o Presidente deferirá o requerimento, independentemente de votação.

Parágrafo único. Para a retirada de proposição sem parecer, ou que tenha parecer favorável, ou à qual se haja oferecido emenda, o requerimento dependerá da aprovação do Plenário.

CAPÍTULO VII

Das Questões de Ordem

Art. 22. Constituirá questão de ordem, suscetível em qualquer fase da sessão, pelo prazo de 3 (três) minutos, toda dúvida sobre a interpretação destas normas.

§ 1º Durante a Ordem do Dia só poderá ser levantada questão de ordem atinente diretamente à matéria que nela figure.

§ 2º A questão de ordem deverá ser objetiva, claramente formulada, com indicação precisa das questões regimentais cuja observância se pretenda elucidar, e referir-se à matéria tratada na ocasião.

§ 3º Se a questão de ordem não atender ao disposto no parágrafo anterior, o Presidente não permitirá a permanência do orador na tribuna e determinará a exclusão, da ata, das palavras por ele pronunciadas.

§ 4º Após a contradição, por um parlamentar e pelo prazo do *caput* deste artigo, a questão de ordem será resolvida pelo Presidente da sessão, não sendo lícito opor-se à decisão ou criticá-la na sessão em que for proferida.

§ 5º Da decisão do Presidente caberá, com o apoio de, no mínimo, 117 (cento e dezessete) parlamentares, ou de Líderes que representem este número, recurso, sem efeito suspensivo, ao Plenário, ouvido o Relator.

§ 6º Na hipótese do recurso à decisão da questão de ordem ter o apoio de, no mínimo, 195 (cento e noventa e cinco) parlamentares, ou de Líderes que representem este número, terá o mesmo efeito suspensivo, deliberando o Plenário de imediato, ouvido, antes, o Relator.

§ 7º A decisão do Plenário, mantendo ou reformando a deliberação do Presidente, terá, para todos os efeitos, força de norma regimental.

TÍTULO III

Disposições Gerais

CAPÍTULO I

Da Divulgação dos Trabalhos

Art. 23. Fica criada, junto à Mesa, o Serviço de Divulgação, sob a coordenação dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados,

com a finalidade de promover, através dos meios de comunicação social, a divulgação das atividades da revisão constitucional.

§ 1º O Serviço de Divulgação utilizará, para o cumprimento de suas finalidades, a estrutura e o pessoal da Subsecretaria de Divulgação do Senado Federal e da Assessoria de Divulgação e Relações Públicas - Adirp, da Câmara dos Deputados.

§ 2º Cabe ao Serviço de Divulgação:

I - fornecer, diariamente, aos meios de comunicação social, material noticioso sobre os trabalhos da Revisão Constitucional;

II - editar resumo das atividades, propostas e debates, a ser distribuído, gratuitamente, aos Governos Estaduais, Assembléias Legislativas, Prefeituras Municipais, Câmaras de Vereadores, Diretórios de Partidos Políticos, Universidades, Escolas, Sindicatos e a cidadãos que o solicitarem;

III - organizar, com apoio dos órgãos oficiais, gravação e arquivamento de som e de imagem, dos debates e decisões principais do Plenário, conforme instruções da Mesa, fornecendo cópia aos partidos políticos com assento nos trabalhos revisionais, que o requererem e destinando os originais ao Arquivo da Revisão Constitucional.

Art. 24. As emissoras de rádio e televisão cederão, diariamente, ao Serviço de Divulgação, para apresentação de programa informativo, contendo a síntese dos trabalhos da revisão constitucional e exposição pelos parlamentares, dois horários de 5 (cinco) minutos, cada um, assim distribuídos:

I - nas emissoras de televisão, um entre doze e quatorze horas, e outro entre dezenove e vinte e duas horas;

II - nas emissoras de rádio, um entre sete e nove horas, e outro entre doze e quatorze horas.

Parágrafo único. Caberá à Empresa Brasileira de Radiofusão - Radiobrás - e à Empresa Brasileira de Notícias - EBN -, com o apoio do Serviço de Divulgação, editar e gerar os programas estabelecidos neste artigo.

Art. 25. A Presidência poderá requisitar, das concessionárias de rádio e televisão, horário de, no máximo, 60 (sessenta) minutos, para a divulgação de fato relevante, de interesse dos trabalhos revisionais.

Art. 26. Até o final dos trabalhos de revisão, o tempo destinado ao Poder Legislativo no programa "A Voz do Brasil" será utilizado para a divulgação das atividades revisionais.

CAPÍTULO II

Da Alteração destas Normas

Art. 27. Estas normas regimentais poderão ser alteradas por projeto de resolução de iniciativa:

I - da Mesa:

II - de, no mínimo, 195 (cento e noventa e cinco) parlamentares.

§ 1º Na hipótese do inciso I, publicado e distribuído os avulsos do projeto, será este incluído na Ordem do Dia de sessão a realizar-se dentro de 5 (cinco) dias, destinada à sua discussão.

§ 2º Na hipótese do inciso II, recebido o projeto, este será publicado no Diário dos Trabalhos Revisionais e em avulsos, sendo encaminhado à Mesa a fim de receber parecer no prazo de 10 (dez) dias.

§ 3º Publicado o parecer e distribuído em avulsos, proceder-se-á na forma do § 1º deste artigo.

Art. 28. Encerrada a discussão, com a apresentação de emendas, o projeto voltará à Mesa que, no prazo máximo de 10 (dez) dias, sobre elas emitirá parecer.

§ 1º Publicado o parecer e distribuído em avulsos, o projeto será incluído em Ordem do Dia, para votação.

§ 2º Se aprovado, a Mesa oferecerá, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a redação final do projeto, sem discussão ou encaminhamento, sendo a resolução correspondente promulgada pelo seu Presidente.

CAPÍTULO III

Disposição Final

Art. 29. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, em de outubro de 1993.

JUSTIFICAÇÃO

Assume o Congresso Nacional o desempenho da missão que lhe confere o art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Após sua solene instalação no último dia 7 de outubro, iniciam-se, assim, os trabalhos da revisão constitucional que os Constituintes de 1988 entenderam indispensável à adaptação da Carta Magna à dinâmica da vida social, política, econômica e cultural de nossos concidadãos e a sua inserção do mundo contemporâneo, desde da perspectiva de um futuro digno para todos, em quadro institucional estável, democrático e participativo.

Trata-se de incumbência especialíssima, para cuja consecução necessita-se estabelecer normas complementares específicas, vez que o Regimento Comum e os do Senado e da Câmara, por sua natureza mesma, não prevêm nem poderiam ter previsto, ordinariamente, rotinas para uma revisão constitucional. Suas disposições, por conseguinte, carecem de complementação para que se tenha em conta a especificidade do trabalho de revisão.

As Lideranças no Congresso Nacional, subscritoras do presente projeto de resolução que dispõe sobre o funcionamento dos trabalhos de revisão da Constituição Federal e sobre normas complementares específicas, ao oferecê-lo, inspiram-se na praxe processual da Casa e aplica, tanto quanto possível, as linhas de orientação inscritas em seu ordenamento interno.

Assim, tomou-se como referência não apenas os regimentos do Congresso, do Senado e da Câmara, mas igualmente fez-se uso da experiência anterior, da Assembléia Nacional Constituinte, para compor as normas que ora são propostas.

Busca o presente projeto, pois, apresentar condições funcionais adequadas e específicas à bem-sucedida ultimação de tão excelsa tarefa do Congresso Nacional, decerto enriquecido e fortalecido com a contribuição dos nobres Senhores Congressistas.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 1993.

Amorim Jr. - PMDB
 per. Luiz Alano - PPR
~~Amorim Jr.~~ - Bloco

Clafetei - P.P.R. (Senado)
~~Clafetei~~ - PFL (Senado)

Jonas Pinheiro - PTB
~~Jonas Pinheiro~~ - PSDB

João - PSDB -

Guimarães - PFL - Sen. S.

~~Guimarães~~

Guimarães

FF

CALENDÁRIO
para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução

*que dispõe sobre o
funcionamento dos trabalhos de
revisão constitucional e
estabelece normas
complementares específicas.*

1º dia: 5ª feira, 14.10.1993
2º dia: 6ª feira, 15.10.1993
3º dia: Sábado, 16.10.1993
4º dia: Domingo, 17.10.1993
5º dia: 2ª. feira, 18.10.1993

Local: Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal,
Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional
Edifício Principal, Subsolo, porta externa

Horário: *do 1º ao 4º dia:* das 9 às 12 e das 14:30 às 18:30 horas
5º dia: das 9 às 12 e das 14:30 às 24:00 horas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

(*) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 169, DE 1993

(Dos Srs. Waldir Pires, Eduardo Jorge e Outros)

Altera o inciso IV do artigo 167 e o artigo 198 da Constituição Federal e prevê recursos orçamentários a nível da União, Estados e Municípios para a manutenção do Sistema Único de Saúde com o financiamento das redes públicas, filantrópicas e conveniadas.

(APENSE-SE À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 157, DE 1993)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição da República, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º - O art. 167 da Constituição da República passa a vigorar com a seguinte redação

"Art.167-.....

.....

IV - a vinculação da receita de impostos, a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts.158 e 159, **a destinação de recursos**

* Republica-se em virtude de incorreção no anterior

para a implementação do Sistema Único de Saúde, conforme disposto no § 2º do art. 198, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme disposto no art. 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receitas, previstas no § 8º do art. 165;"

Art. 2º - O art. 198 da Constituição da República passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 198 -.....

.....
 § 1º- O Sistema Único de Saúde será financiado, nos termos do art. 195 com recursos dos Orçamentos da Seguridade Social, **Fiscal**, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.

§ 2º - A União aplicará anualmente, na implementação do Sistema único de Saúde, nunca menos de trinta por cento das receitas de contribuições sociais que compõem o Orçamento da Seguridade Social e dez por cento da receita resultante de impostos.

& 3º- Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão anualmente, na implementação do Sistema Único de Saúde, nunca menos de dez por cento da receita resultante de impostos."

JUSTIFICAÇÃO

Por entender que o financiamento da Saúde poderia ser equacionado no contexto do inovador conceito de Seguridade Social e suas fontes de financiamento, a Constituição de 1988 não deu à área da Saúde o mesmo tratamento "protetor" que conferiu à Educação.

Ocorre que, passados já quase cinco anos da vigência da nova Constituição, não se conseguiu reverter o dramático quadro prevalente na saúde. O país continua nas últimas posições mundiais quanto ao seu gasto saúde e, à medida que vai-se transferindo recursos federais para os Estados e Municípios implementarem o SUS, estes retraem suas alocações financeiras ao mesmo.

Assim, é necessário que se dê à Saúde o mesmo tratamento que os senhores constituintes deram a setor de igual importância e magnitude como o da educação, mediante três medidas articuladas e tecnicamente viáveis: a autorização para que a saúde também receba recursos do Orçamento Fiscal, que a União aloque os recursos necessários (30% do Orçamento da Seguridade Social e 10% das receitas de impostos) e os Estados e Municípios e o DF comprometam pelo menos 10% desse mesmo tipo de receita com a saúde.

É necessário, para tanto, a modificação do inciso IV do art. 167, com vistas a incluir a exceção da saúde, ao lado das demais aí previstas.

Temos certeza que essa emenda, acalentada por toda a sociedade, reerendada pela IX Conferência Nacional de Saúde realizada no ano passado, contará com a acolhida de todos

comprometidos com a melhoria da saúde de todos os cidadãos e cidadãos do país.

Sala das sessões, em 07. Julho de 1993.

DEPUTADO WALDIR PIRES

DEPUTADO EDUARDO JORGE

ASSINATURAS

- IVANIO GUERRA
- EULER RIBEIRO
- JOSE LINHARES
- SERGIO AROUCA
- JANDIRA FEGHALI
- LIBERATO CABOCCLO
- ULDURICO PINTO
- GERALDO ALCKMIN FILHO
- DELCINO TAVARES
- LUIZ SOYER
- CIDINHA CAMPOS
- ALDO REBELO
- JOAO DE DEUS ANTUNES
- PAULO DUARTE
- LUIZ HENRIQUE
- RENILDO CALHEIROS
- BENEDITA DA SILVA
- LUCIANO CASTRO
- LUCIA VANIA
- PAULO MANDARINO
- LUIZ PIAUHYLINO
- OSVALDO COELHO
- CELIA MENDES
- JOAO MAIA
- ETEVALDA GRASSI DE MENEZES
- TONY GEL
- PINGA FOGO DE OLIVETRA
- LUIZ CARLOS HAULY
- HELIO ROSAS
- JOSE EGYDIO
- JOSE LUIZ CLEROT
- VIVALDO BARBOSA
- HAROLDO LTMA

- JOSE AUGUSTO CURVO
- ANGELA AMIN
- MIRO TEIXEIRA
- MARCELINO ROMANO MACHADO
- JORGE TADEU MUDALEN
- LUIS ROBERTO PONTE
- ALDIZIO MERCADANTE
- PEDRO PAVAO
- NESTOR DUARTE
- NAN SOUZA
- PAULO DE ALMEIDA
- CELSO BERNARDI
- WAGNER DO NASCIMENTO
- FRANCISCO RODRIGUES
- JABES RIBEIRO
- LUIS EDUARDO
- UBALDO DANTAS
- BENEDITO DE FIGUEIREDO
- LUIZ GUSHIKEN
- HEITOR FRANCO
- PAULO PAIM
- CHICO AMARAL
- AUGUSTO CARVALHO
- JAQUES WAGNER
- ZATRE REZENDE
- FERNANDO DINIZ
- WALDIR COLATTO
- MAX ROSENMAN
- ARIOSTO HOLANDA
- PAULO SILVA
- CESAR CALS NETO
- MUNHOZ DA ROCHA
- SERGIO BARCELLOS
- ADILSON MALUF

ELIAS MURAD
KOYU IHA
MAURO BORGES
JOSE REINALDO
AMAURY MULLER
BERALDO BOAVENTURA
SERGIO GUERRA
FABIO FELDMANN
JOSE VICENTE BRIZOLA
PAULO DELGADO
GIOVANNI QUEIROZ
JUNAS PINHEIRO
CARLOS BENEVIDES
ANTONIO FALEIROS
ROBERTO VALADAO
LUIZ GIRAO
COSTA FERREIRA
ADROALDO STRECK
CARLOS ALBERTO CAMPISTA
VALTER PEREIRA

GENEBALDO CORREIA
IVANDRO CUNHA LIMA
RANALHO LEITE
JOSE THOMAZ NONO
LAIRE ROSADO
ERNESTO GRADELLA
JOAO PAULO
JOSE DIRCEU
NELSON MARQUEZELLI
EDESIO PASSOS
LUIZ SALOMAO
JOAO HENRIQUE
LUIZ VIANA NETO
HENRIQUE EDUARDO ALVES
NELSON BORNIER
ALDIR CABRAL
WILSON CUNHA
PEDRO CORREA
OSVALDO BENDER
ADYLSO MOTA
BETH AZIZE
EDESIO FRIAS
WILSON MULLER
MAURICIO CALIXTO
DIOGO NOMURA
DJENAL GONCALVES
AVELINO COSTA
JOSE GENOINO
LUIZ MAXIMO
SERGIO GAUDENZI
GEORGE TAKIMOTO

ODACIR KLEIN
LOURIVAL FREITAS
MARIA LAURA
FLAVIO PALMIER DA VEIGA
RIVALDO MEDEIROS
SERGIO MIRANDA
JOAO THOME
GILVAN BORGES
PEDRO VALADARES
GERSON PERES
EDSON SILVA
INOCENCIO OLIVEIRA
LUCIANO PIZZATTO
NILMARIO MIRANDA
ANTONIO MORIMOTO
SOCORRO GOMES
PAULO NOVAES
MORONI TORGAN
FATIMA PELAES
HILARIO COIMBRA
ALDISIO VASCONCELOS
ROBERTO ROLLEMBERG
NILSON GIBSON
CHICO VIGILANTE
FLORESTAN FERNANDES
LUCI CHOINACKI
CARLOS SANTANA
RAQUEL CANDIDO
LEUR LOMANTO
ALCIDES MODESTO
HAROLDO SABOIA
JOSE FORTUNATI
PEDRO TONELLI
PAULO PORTUGAL
JAIR BOLSONARO
WALDOMIRO FIORAVANTE
EDSON MENEZES SILVA
JORGE UEBUE
HILARIO BRAUN
REDITARIO CASSOL
CARLOS LUPI
ERALDO TRINDADE
REGINA GORDILHO
AGOSTINHO VALENTE
ALACIO NUNES
ROBERTO BALESTRA
WALTER NORY
VITAL DO REGO
RUBEN BENTO
MESSIAS GOIS
MARCO PENAFORTE

MURILO REZENDE
JOAO TEIXEIRA
JOSE CARLOS COUTINHO
JOSE CARLOS SABOIA
JOSE ANIBAL
CARLOS KAYATH
CARLOS ROBERTO MASSA
EDINHO FERRAMENTA
MARIA LUIZA FONTENELE
JOSE MARANHÃO
DELIO BRAZ
ADAO PRETTO
SERGIO SPADA
RITA CAMATA
OLAVO CALHEIROS
EDEN PEDROSO
OSVALDO MELO
MENDES RIBEIRO
AIRTON SANDOVAL
JESUS TAIRA
MENDES BOTELHO
JOSE CICOTE
WERNER WANDERER
LAZARO BARBOSA
DOMINGOS JUVENIL
ISRAEL PINHEIRO
WANDA REIS
HELVECIO CASTELLO
AECIO NEVES
ARMANDO COSTA
NEIF JABUR
GERMÃO RIGOTTO
PINHEIRO LANDIM
PAULO ROCHA
ERNANI VIANA
ETEVALDO NOGUEIRA
VLADIMIR PALMEIRA
JOAO FAUSTINO
GASTONE RIGHI
BETO MANSUR
RUBERVAL PILOTTO
ROMEL ANISIO
VALDOMIRO LIMA
FABIO RAUNHEITTI
ANTONIO DOS SANTOS
ODELMO LEAO
MATHEUS IENSEN
JOSE MARIA EYMAEL
ROSEANA SARNEY
CUNHA BUENO
RENATO JOHNSON

MAURICIO NAJAR
ROSE DE FREITAS
JOAO ALMEIDA
GEDDEL VIEIRA LIMA
MAURILIO FERREIRA LIMA
ELIO DALLA-VECCHIA
IRMA PASSONI
VALDIR GANZER
CLOVIS ASSIS
JAYME SANTANA
WILSON MOREIRA
DENI SCHWARTZ
FLAVIO ARNS
SERGIO MACHADO
ARTUR DA TAVOLA
VICTOR FACCIONI
JOSE MENDONCA BEZERRA
NELSON PROENCA
MARILU GUIMARAES
PAULO BERNARDO
FRANCISCO EVANGELISTA
GONZAGA MOTA
DERVAL DE PAIVA
ELISIO CURVO
SARNEY FILHO
JOFRAN FREJAT
JOSE LUIZ MAIA
PEDRO IRUJO
VILMAR ROCHA
FREIRE JUNIOR
MARINO CLINGER
EDISON FIDELIS
TUGA ANGERAMI
BENEDITO DOMINGOS
NILTON BAIANO
OSVALDO REIS
ALDO PINTO
AROLDO GOES
JOAO ALVES
CLETO FALCAO
TILDEN SANTIAGO
RICARDO MORAES
NELSON MORRO
REINHOLD STEPHANES
MAURO SAMPAIO
GENESIO BERNARDINO
MOACIR MICHELETTI
ROBERTO JEFFERSON
EDI SILIPRANDI
IBSEN PINHEIRO
NELSON JOBIM

SIGMARINGA SEIXAS

JOSE FELINTO

IVO MAINARDI

TADASHI KURIKI

RODRIGUES PALMA

JOAO TOTA

ONAIRES MOURA

PRISCO VIANA

PRATINI DE MORAES

SERGIO CURY

IBRAHIM ABI-ACKEL

RICARDO CORREA

MANOEL CASTRO

BASILIO VILLANI

MAURICIO CAMPOS

HUGO BIEHL

FELIPE MENDES

ARACELY DE PAULA

JONI VARISCO

REY LOPES

PAULO HESLANDER

DEJANDIR DALPASQUALE

TISSO TAKAYAMA

REPETIDA

PAULO PAIM (REPETIDA)

PAULO PAIM (REPETIDA)

LIBERATO CABOCCO (REPETIDA)

WILSON MULLER (REPETIDA)

MIRO TEIXEIRA (REPETIDA)

MAX ROSENWANN (REPETIDA)

CARLOS ALBERTO CAMPESIA (REPETIDA)

EDESIO FRIAS (REPETIDA)

JOSE CARLOS COUTINHO (REPETIDA)

MARINO CLINGER (REPETIDA)

SIMAO SESSIM

ERALDO TINOCO

PAULO RAMOS

MARCIA GIBILIS VIANA

MENDONCA NETO

SANDRA CAVALCANTI

ALUIZIO ALVES

PAULO LIMA

AMARAL NETTO

ARMANDO PINHEIRO

ANGELO MAGALHAES

ROBERTO FRANCA

ZUCA MOREIRA

EDUARDO MASCARENHAS

LAERTE BASTOS

SIDNEY DE MIGUEL

JACKSON PEREIRA

FERNANDO LYRA

OSMANIO PEREIRA

ALVARO PEREIRA

ELIEL RODRIGUES

VALDEMOR GUEDES

ASSINATURAS CONFIRMADAS.....318
ASSINATURAS DE APOIAMENTO.....0
ASSINATURAS REPETIDAS.....21
ASSINATURAS LEGISLATIVAS.....2
ASSINATURAS QUE NAO CONFEREM.....11
ASSINATURAS DE DEPUTADOS LICENCIADOS.....0
ASSINATURAS DE SENADORES.....0

AROLDO GOES (REPETIDA)
CINDIA CAMPOS (REPETIDA)
ELIO DALLA-VECCHIA (REPETIDA)
CARLOS LUPI (REPETIDA)
VALDOMIRO LIMA (REPETIDA)
JOSE VICENTE BRIZOLA (REPETIDA)
EDSON SILVA (REPETIDA)
WIVALDO BARBOSA (REPETIDA)
GIOVANNI QUEIROZ (REPETIDA)
LUIZ SALOMAO (REPETIDA)
OSVALDO COELHO (REPETIDA)

NAO CONFERE
ROBSON TUMA
JOAO NATAL
HUMBERTO SOUTO
CYRO GARCIA
JORIO DE BARROS
JOSE CARLOS ALELUTA

UBIRATAN AGUIAR
ARMANDO VIOLA
FLAVIO ROCHA
CARLOS CAMURCA
OTTO CUNHA

ILEGIVEL

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO
DAS COMISSÕES PERMANENTES



CONSTITUIÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1988

Título VI

DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

Capítulo I DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Seção VI

Da Repartição das Receltas Tributárias

Art. 158. Pertencem aos Municípios:

I — o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II — cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados;

III — cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

IV — vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Parágrafo único. As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

I — três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;

II — até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal.

Art. 159. A União entregará:

I — do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma:

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer;

II — do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

Capítulo II DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Seção II Dos Orçamentos

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I — o plano plurianual;
- II — as diretrizes orçamentárias;
- III — os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

§ 3º O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 4º Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I — o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II — o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III — o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 7º Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

§ 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 9º Cabe à lei complementar:

I — dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II — estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

Art. 167. São vedados:

IV — a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo art. 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º;

Título VIII

DA ORDEM SOCIAL

Capítulo I DISPOSIÇÃO GERAL

Seção II

Da Saúde

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I — descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II — atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III — participação da comunidade.

Parágrafo único. O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.

Capítulo II DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I Disposições Gerais

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

§ 8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.

Capítulo III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

Seção I Da Educação

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do plano nacional de educação.

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida, na forma da lei, pelas empresas, que dela poderão deduzir a aplicação realizada no ensino fundamental de seus empregados e dependentes.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Seção de Atas

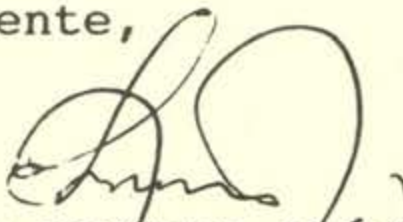
Brasília, 08 de julho de 1993.

Senhor Secretário-Geral:

Comunico a Vossa Senhoria que a Proposta de Emenda à Constituição dos Srs. Waldir Pires e Eduardo Jorge, que "altera o inciso IV do artigo 167 e o artigo 198 da Constituição Federal. Prevê recursos orçamentários a nível da União, Estados e Municípios para manutenção do Sistema Único de Saúde com o financiamento das redes pública, filantrópicas e conveniadas", contém número suficiente de signatários, constando a referida proposição de:

318 assinaturas válidas;
021 assinaturas repetidas;
002 assinaturas ilegíveis; e
011 assinaturas que não conferem.

Atenciosamente,



MARIA DE LOURDES PLÁCIDO SILVA
Chefe Substituta

A Sua Senhoria o Senhor
Dr. MOZART VIANNA DE PAIVA
Secretário-Geral da Mesa
Câmara dos Deputados
N E S T A



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 176, DE 1993

(Do Sr. Eduardo Jorge)

Suprime dispositivos do artigo 150 da Constituição Federal.

(A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. Ficam suprimidas as alíneas "b", "c" e "d" do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal.

JUSTIFICAÇÃO

As imunidades tributárias que pretendemos suprimir decorrem, quase todas, da Constituição de 1946; poucas foram introduzidas em nosso Direito pela Constituição de 1988.

Em 1946 saía o País de um prolongado período ditatorial e os constituintes da época, sequiosos por liberdade de pensamento, pensaram consegui-lo e garanti-lo, através de normas constitucionais. O que viu de lá para cá, ao atravessarmos um período negro de nossa história, foi que os cuidados tomados pelo legislador constitucional não foram suficientes para impedir a queda da democracia e a conseqüente perda das liberdades constitucionais.

Além disso, o constituinte de 1946 não poderia prever que medidas baixadas com a melhor das intenções fossem utilizadas anos mais tarde para promover a evasão fiscal, abrigo-se à sombra da Lei Maior uma série de contribuintes que nem de longe poderiam pleitear os benefícios tributários concedidos pela Constituição.

Isso aconteceu não apenas com os templos, ampliada que foi a interpretação para acolher também outros imóveis pertencentes ao culto, como também na hipótese das instituições de educação. Nesse caso os métodos utilizados pelos contribuintes para se evadirem dos impostos têm sido mais escandalosos, pois até mesmo a instituição de empresas especiais administradoras de colégios foram instituídas para permitir a divisão do lucro entre seus proprietários.

A imunidade concedida às instituições de assistência social deu origem ao aparecimento de incontáveis instituições desmerecedoras do benefício, mas deles gozando por absoluta impossibilidade de efetiva fiscalização por parte das autoridades.

A revogação da imunidade dos livros e jornais parece, à primeira vista, indefensável. No entanto a imunidade é criação nossa. Não é princípio constitucional alhures. Na França, por exemplo, os livros estão sujeitos à TVA e são tributados pela alíquota de 5,5%.

A tributação dos livros e jornais não fere a liberdade de imprensa, assim como a tributação do arroz e do feijão não fere o sagrado direito à vida. E tanto não fere que os lucros auferidos pelos editores estão sujeitos ao imposto sobre a renda, assim como os direitos autorais e salários dos jornalistas e demais empregados nessas indústrias.

Acrescente-se que na imunidade acobertam-se a literatura do mais baixo nível e até mesmo as revistas pornográficas vendidas livremente nas bancas de jornais.

As imunidades referentes aos sindicatos e aos partidos políticos, decorrentes do casuísmo e do corporativismo atuantes na constituinte de 1987-1988, não se sustentam sozinhos. Caíndo as antigas, devem essas ser igualmente suprimidas.

Por último, caberia dizer que a revogação dessas imunidades fortalece a posição daqueles que, como nós, pensam que todas as camadas da sociedade devem contribuir para o fim comum, cada uma, é evidente, de acordo com suas possibilidades, que nossa Lei Magna chama de capacidade econômica.

Certos de contar com a compreensão quanto ao alcance social e econômico da presente proposta, nós a submetemos à apreciação dos ilustres membros do Congresso Nacional, confiantes na sua aprovação.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1993.

Deputado EDUARDO JORGE

EDUARDO JORGE
JOSE ABRAO
NELSON MARQUEZELLI
ODACIR KLEIN
ANGELA AMIN
CARLOS KAYATH
JOSE MARIA EYMAEL
MALULY NETTO
ADROALDO STRECK
MORONI TORGAN
CARLOS ALBERTO CAMPISTA
DIOGO NOMURA
GEORGE TAKIMOTO
RUBEN BENTO
GERSON PERES
SERGIO MIRANDA
JOAO TEIXEIRA
B. SA
WILSON CAMPOS
ELIAS MURAD
HAROLDO LIMA
JOSE ANIBAL
LUCI CHOINACKI
AGOSTINHO VALENTE
JOSE CICOTE
MAURICIO CALIXTO
JOAO PAULO
AUGUSTO CARVALHO
SERGIO GAUDENZI
LOURIVAL FREITAS
SARNEY FILHO
ELISIO CURVO

PAULO PAIM
ADAO PRETTO
ERNESTO GRADELLA
NILSON GIBSON
EDESIO PASSOS
CLOVIS ASSIS
IVO MAINARDI
MAURI SERGIO
TONY GEL
MUNHOZ DA ROCHA
OSVALDO BENDER
UBIRATAN AGUIAR
JOAO THOME
CESAR BANDEIRA
EDEN PEDROSO
SIDNEY DE MIGUEL
JORGE UEQUED
LUCIANO CASTRO
MARIA LUIZA FONTENELE
ALOISIO VASCONCELOS
ALCIDES MODESTO
NILMARIO MIRANDA
WALDOMIRO FIORAVANTE
PAULO ROCHA
IRMA PASSONI
HELIO ROSAS
FLORESTAN FERNANDES
CHICO VIGILANTE
HELVECIO CASTELLO
MARILU GUIMARAES
LUIZ PIAUHYLINO
MESSIAS GOIS

WALDIR GUEKKA
ALDO REBELO
PAULO LIMA
BERALDO BOAVENTURA
SERGIO AROUCA
JAMIL HADDAD
JOSE FORTUNATI
RENILDO CALHEIROS
UBALDO DANTAS
JOSE GENOINO
JAQUES WAGNER
FATIMA PELAES
MERVAL PIMENTA
PAULO SILVA
LUCIANO PIZZATTO
EDMUNDO GALDINO
JOSE CARLOS ALELUIA
HELIO BICUDO
LUIZ MAXIMO
HAROLDO SABOIA
VALDIR GANZER
ROBERTO FRANCA
PAULO BERNARDO
PEDRO PAVAO
FERNANDO FREIRE
JANDIRA FEGHALI
HEITOR FRANCO
PAULO NOVAES
NILTON BAIANO
VITAL DO REGO
ADILSON MALUF
DJENAL GONCALVES

REDITARIO CASSOL
BENEDITA DA SILVA
EDSON SILVA
MARCO PENAFORTE
ODELMO LEAO
PEDRO IRUJO
SERGIO SPADA
MARIA LAURA
BETO MANSUR
LUIZ GUSHIKEN
JOSE DIRCEU
WILSON MULLER
GIOVANNI QUEIROZ
JACKSON PEREIRA
PAULO RAMOS
RITA CAMATA
JOAO ALMEIDA
SIGMARINGA SEIXAS
CUNHA BUENO
CARLOS LUPI
VIVALDO BARBOSA
JOSE SERRA
MAURICIO NAJAR
AMAURY MULLER
TILDEN SANTIAGO
JOFRAN FREJAT

JOAO NATAL
FRANCISCO RODRIGUES
JOAO FAGUNDES
LUIS ROBERTO PONTE
LIBERATO CABOCLO
REGINA GORDILHO
RONALDO CAIADO
NEY LOPES
ATILA LINS
SANDRA STARLING
VALDENOR GUEDES
ELIEL RODRIGUES
FERNANDO DINIZ
MENDONCA NETO
PEDRO TONELLI
RICARDO MORAES
BETH AZIZE
MAURILIO FERREIRA LIMA
JORGE TADEU MUDALEN
GERALDO ALCKMIN FILHO
ULDURICO PINTO
ALUIZIO ALVES
BENEDITO DOMINGOS
JOSE THOMAZ NONO
EVALDO GONCALVES

MAX ROSENMANN
GEDDEL VIEIRA LIMA
WANDA REIS
ZAIRE REZENDE
JABES RIBEIRO
FABIO FELDMANN
AECIO NEVES
SERGIO MACHADO
KOYU IHA
JOSE LINHARES
ERNANI VIANA
NICIAS RIBEIRO
HERMINIO CALVINHO
PAULO TITAN
MARIO MARTINS
IVAN BURITY
VLADIMIR PALMEIRA
LUIZ CARLOS HAULY
ARIOSTO HOLANDA
MENDES RIBEIRO
NESTOR DUARTE
LUIZ VIANA NETO
DELICINO TAVARES

LEGISLAÇÃO ANEXADA PELO AUTOR

CONSTITUIÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

Título VI

DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

Capítulo I DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Seção I Dos Princípios Gerais

Seção II Das Limitações do Poder de Tributar

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- I — exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;
- II — instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;
- III — cobrar tributos:
 - a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;
 - b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;
- IV — utilizar tributo com efeito de confisco;

V — estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

VI — instituir impostos sobre:

- a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;
- b) templos de qualquer culto;
- c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;
- d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

§ 1º A vedação do inciso III, b, não se aplica aos impostos previstos nos arts. 153, I, II, IV e V, e 154, II.

§ 2º A vedação do inciso VI, a, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 3º As vedações do inciso VI, a, e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 4º As vedações expressas no inciso VI, alíneas b e c, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 5º A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.

§ 6º Qualquer anistia ou remissão que envolva matéria tributária ou previdenciária só poderá ser concedida através de lei específica, federal, estadual ou municipal.

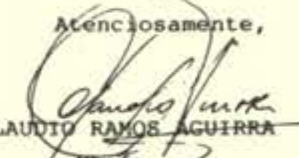
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Seção de Atas

Brasília, 12 de novembro de 1993.

Senhor Secretário-Geral:

Comunico a Vossa Senhoria que a Proposta de Emenda à Constituição do Senhor Eduardo Jorge, que "Suprime dispositivos da Constituição Federal", contém número suficiente de signatários, constando a referida proposição de:

- 170 assinaturas válidas;
- 003 assinaturas repetidas; e
- 004 assinaturas que não conferem.

Atenciosamente,

CLAUDIO RAMOS AGUIRRA
Chefe

A Sua Senhoria o Senhor
Dr. MOZART VIANNA DE PAIVA
Secretário-Geral da Mesa
Câmara dos Deputados
N E S T A



CONGRESSO NACIONAL
Trabalhos de Revisão da Constituição Federal

PROCEDIMENTOS PARA A APRECIACÃO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO QUE

*"Dispõe sobre o funcionamento dos trabalhos de revisão constitucional
e estabelece normas complementares específicas".*



CONGRESSO NACIONAL
Trabalhos de Revisão da Constituição Federal

**PROCEDIMENTOS PARA A APRECIÇÃO
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO QUE**

***"DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO DOS TRABALHOS DE REVISÃO
CONSTITUCIONAL E ESTABELECE NORMAS COMPLEMENTARES ESPECÍFICAS".***

- 1) O projeto de Resolução, oferecido por Líderes, será lido, publicado, distribuído em avulsos e submetido a discussão e votação, em turno único.
- 2) Na apreciação do projeto ou de seus acessórios, não se dispensam os seguintes requisitos:
 - a) publicação e distribuição em avulsos ou por cópia da matéria a ser submetida à deliberação do Plenário;
 - b) parecer do Relator, ainda que proferido em Plenário;
 - c) *quorum* para deliberação.
- 3) Na sessão subsequente iniciar-se-á a discussão do projeto, abrindo-se prazo de cinco dias para apresentação de emendas, por qualquer Congressista, em formulário próprio.
- 4) Poderão usar da palavra, durante a discussão, os oradores inscritos, pelo prazo máximo de cinco minutos.

5) A discussão encerrar-se-á após falar o último orador inscrito, ou a requerimento de um décimo dos Congressistas ou de líderes que representem esse número, após falarem, no mínimo, seis Congressistas.

6) Encerrado o prazo para apresentação de emendas, o projeto e as emendas serão encaminhados ao relator designado pela Presidência, para receberem parecer, no prazo de até quarenta e oito horas.

7) Publicadas as emendas em avulsos e esgotado o prazo previsto no item anterior, com ou sem parecer, será convocada sessão unicameral para leitura ou emissão do parecer em plenário, abrindo-se o prazo de vinte e quatro horas para apresentação de requerimento de destaque, subscrito por um décimo dos Congressistas ou por líderes que representem esse número, em formulário próprio; encerrado esse prazo, será convocada sessão unicameral para votação da matéria.

8) A votação poderá ser encaminhada por dois Congressistas a favor e dois contrários, pelo prazo máximo de três minutos, cada um.

9) Ao líder será facultada a palavra, para orientar sua bancada, pelo prazo máximo de um minuto.

10) Terá preferência, para votação, o substitutivo do relator, se houver, ou o projeto, salvo deliberação em contrário do plenário, a requerimento de um décimo dos Congressistas ou de líderes que representem esse número.

11) Cada requerimento de destaque será votado preliminarmente à matéria a que se refira.

12) Os requerimentos de destaque poderão ser votados em globo, a requerimento de um décimo dos Congressistas ou de líderes que representem esse número, sujeito à deliberação do Plenário.

13) Poderá ser requerida, por um décimo dos Congressistas ou por líderes que representem esse número, preferência para votação de requerimento de destaque sobre outro incidente sobre o mesmo dispositivo.

14) Serão votadas em globo as emendas, conforme tenham parecer favorável ou contrário do relator, ressalvados os destaques.

15) Em relação às emendas destacadas, poderá o relator oferecer subemendas, em plenário, no momento da votação.

16) Poder-se-á proceder a votação nominal, a requerimento de um décimo dos Congressistas ou de líderes que representem esse número, sujeito a deliberação do Plenário.

17) O pedido de verificação de votação só será admitido com o apoio de trinta e cinco Congressistas ou de líderes que representem esse número.

18) Somente se procederá a nova verificação de votação, após o interstício de uma hora.

19) Concluída a votação, terá o relator o prazo de até quarenta e oito horas para oferecer a redação final, dispensada esta no caso de aprovação sem emendas ou de aprovação de substitutivo integral.

20) Nos casos omissos, aplicam-se, subsidiariamente, o Regimento Comum, o Regimento Interno do Senado Federal e o da Câmara dos Deputados.

A Presidência nada mais faz do que reconhecer a óbvia necessidade de se estabelecer procedimentos preliminares, destinados a orientar a forma de discussão e votação das normas complementares específicas que o Congresso Nacional deve adotar para normatizar seus próprios trabalhos, enquanto instância de revisão da Constituição Federal. Exerce assim, a Presidência, a competência que lhe confere o art. 48, item 33, do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário (*art. 48, 33 - resolver, ouvido o Plenário, qualquer caso não previsto neste Regimento*).

Essa necessidade decorre de os regimentos disponíveis, por sua natureza mesma, não terem podido prever regras específicas para a atribuição insculpida no art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Cabe, por conseguinte, fixar um ordenamento mínimo, preliminar, dos procedimentos a serem seguidos, para a elaboração das normas.

É dos mais elevados deveres da Mesa e da Presidência do Congresso Nacional reunir as melhores condições possíveis para que os Senhores Congressistas se hajam otimamente no desempenho de seus mandatos. Na consciência desse seu dever, a Presidência enunciou, por conseguinte, os procedimentos preliminares.

Semelhante circunstância foi a do início dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Em 6 e 7 de fevereiro de 1987, dirigiu-se o Presidente Ulysses Guimarães ao Plenário, dando a conhecer proposta de normas preliminares, com recurso às quais a Mesa poderia dirigir os trabalhos de confecção das normas regimentais.

Análoga foi a situação de vacância de norma específica, quando o instituto da medida provisória (Const., art. 62) foi utilizado pela primeira vez. Visando a dar as corretas condições de trabalho ao Congresso Nacional, a Presidência, em 10 de outubro de 1988, adotou normas provisórias, até que fosse resolvido procedimento definitivo, o que só veio a ocorrer com as Resoluções n°s 1 e 2, de 1989.

Semelhantemente procedeu-se quanto à tramitação de matéria orçamentária, enunciando-se normas provisórias em 27 de abril e ajustando-as em 28 de setembro de 1989.

Igualmente foi preciso que a Presidência definisse procedimentos próprios, em 12 de dezembro de 1991, para a criação de comissões especiais mistas de estudo de matérias diversas, então frequentemente requeridas.

Releva indicar, dessa forma, que a Presidência está, hoje, dentro da melhor tradição dos trabalhos do Congresso Nacional, consoante a experiência da Assembléia Nacional Constituinte, do Congresso Nacional, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Anima-a, exclusivamente, a intenção de oferecer, aos trabalhos da Casa, as melhores condições a seu alcance.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 1993



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 176, DE 1993.

Suprime dispositivos do art. 150 da
Constituição Federal.

Autores: Deputado EDUARDO JORGE e Outros

Relator: Deputado JAIR SIQUEIRA

I - RELATÓRIO

O ilustre Deputado EDUARDO JORGE e os demais signatários da presente proposição pretendem suprimir as alíneas "b", "c" e "d" do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal.

Os citados dispositivos constitucionais tratam dos casos de imunidade à tributação por via de impostos albergados pela Carta Magna relativos: a) aos templos de qualquer culto; b) ao patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições



de educação e de assistência social, sem fins lucrativos; c) aos livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

Na justificativa da proposta, os autores afirmam que:

"(...) As imunidades tributárias que pretendemos suprimir decorrem, quase todas, da Constituição de 1946; poucas foram introduzidas em nosso direito pela Constituição de 1988 (...) O constituinte de 1946 não poderia prever que medidas baixadas com a melhor das intenções fossem utilizadas anos mais tarde para promover a evasão fiscal, abrigando-se à sombra da Lei Maior uma série de contribuintes que nem de longe poderiam pleitear os benefícios tributários concedidos pela Constituição (...) A revogação dessas imunidades tributárias fortalece a posição daqueles que, como nós, pensam que todas as camadas da sociedade devem contribuir para o fim comum, cada uma, é evidente, de acordo



com suas possibilidades, que nossa Lei Magna chama de capacidade contributiva".

A matéria foi distribuída a esta douta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, a qual compete examiná-la, preliminarmente, quanto à sua admissibilidade, nos termos do art. 202, caput do Regimento Interno.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Os requisitos de admissibilidade da proposição em referência são os constantes do art. 60, I, e §§ 1º e 4º, da Constituição Federal.

Conforme atesta o levantamento realizado pela Secretaria-Geral da Mesa, a iniciativa conta com o número de Deputados subscritores necessário à sua apresentação. Doutra sorte, o País não se encontra na vigência de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio.



Resta, finalmente, examinar se a proposta não viola as limitações materiais ao exercício do Poder Reformador, as chamadas "cláusulas pétreas", previstas no § 4º do art. 60 da nossa Lei Maior.

"Art. 60.....

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

- I - a forma federativa de Estado;
- II - o voto direto, secreto, universal e periódico;
- III - a separação dos Poderes;
- IV - os direitos e garantias individuais".

É bem de ver que a matéria não guarda qualquer conexão temática com a forma de Estado, o direito de sufrágio ou a organização dos Poderes.

Contudo, no que tange aos direitos e garantias individuais, a proposição apresenta conexão com a liberdade religiosa, a liberdade político-partidária e a liberdade de expressão.



Não há como negar-se que de há muito essa conexão é apontada pela doutrina, pela jurisprudência e pela prática legislativa brasileiras e de outros países.

DARCY AZAMBUJA, no seu "Teoria Geral do Estado", observa que:

"(...) O Estado, em suas limitações, em circunstância alguma poderá legitimamente negar os direitos individuais, pois sendo eles inerentes à pessoa humana, se os negasse o Estado não realizaria o bem comum".

Outras limitações necessárias decorrem do fato de que o Estado não é um fim em si mesmo, mas um meio de os indivíduos procurarem cumprir seu destino, desenvolvendo suas qualidades físicas, morais e intelectuais. O poder soberano do Estado é limitado pelos direitos naturais da pessoa humana.

Mas, o homem não é apenas um animal político, como já nos ensinava ARISTÓTELES, há quatrocentos anos antes de Cristo. O homem é também um animal metafísico, como disse FOUILLIE.



Eis por que a religião é tida como um dos incentivos fundamentais que dominam a vida do homem em sociedade e regem a totalidade das relações humanas.

Assim, o Estado existe para realizar o bem temporal dos homens no terreno político. Mas o homem precisa de outros bens temporais, que o Estado não é capaz de realizar, e de bens espirituais que o Estado não pode desconhecer, mas que não deve cuidar, por lhe faltar competência para tal.

Desta forma, se ao Estado falta competência para prover um bem, natural na pessoa humana, que é a religiosidade, o bem espiritual dos indivíduos, deve ele permitir e até mesmo incentivar aqueles que se encontram aptos a atender a essa necessidade básica.

Nas relações com o Estado, a religião tem uma dimensão muito importante. No Brasil, o princípio fundamental é o da liberdade religiosa, não podendo as pessoas jurídicas de direito público criar cultos religiosos ou igrejas nem dificultar-lhes o funcionamento.



Neste sentido, dispõe o art. 19, I, da Constituição Federal.

"Art. 19 - É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, **subvencioná-las, embaraçar-lhes o funcionamento** ou manter com eles ou seus representantes relações de **dependência ou aliança**, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público".

Destarte, não pode o Estado subvencionar os templos religiosos tampouco pode colocar dificuldades e embaraços à criação e funcionamento de cultos religiosos ou igrejas. Pelo contrário, como afirma CELSO BASTOS, no seu "Curso de Direito Constitucional", p. 178:

"(...) Há até um manifesto intuito constitucional de estimulá-los, o que é evidenciado pela imunidade tributária de que gozam".



JOSÉ AFONSO DA SILVA, ao examinar a liberdade religiosa garantida pela Carta Magna, no seu "Curso de Direito Constitucional Positivo", p. 227, assevera:

"(...) A lei poderá definir melhor esses locais não típicos de culto, mas necessários ao exercício da liberdade religiosa. E deverá estabelecer normas de proteção destes e dos locais em que o culto normalmente se verifica, que é o templo, edificação com as características próprias da respectiva religião. Aliás, assim o tem a Constituição, indiretamente, quando estatui a imunidade fiscal sobre "templos de qualquer culto" (art. 150, VI, "b")."

Como se vê, a supressão da alínea "b" do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, ora alvitrada na presente proposta, viola um direito e garantia individual: a liberdade religiosa (art. 5º, VI, da Constituição Federal). Pois, ao tributar os templos religiosos, poderá criar-lhes **dificuldades de funcionamento**, além da possibilidade da fiscalização ser eventualmente exercida por fiscais



impregnados de fanatismo religioso, motivo que poderá levar a arbitrariedade de ação com igrejas de seitas diferentes das suas.

Esta deve ter sido a razão principal que levou os Constituintes brasileiros de 1946 e 1988 a tornar imunes de tributação os templos religiosos.

De outro lado, a reflexão sobre a imunidade tributária dos partidos políticos revela que o legislador constituinte fez a opção que melhor ajuda a democracia, ao mantê-la e consolidá-la como garantia da liberdade político-partidária.

A existência do partido político, nos Estados democráticos, é uma necessidade, absoluta. **CELSO BASTOS**, na sua citada obra, p. 241, preleciona que:

"(...) Sem ele a opinião pública não poderia ser organizada em torno de propostas políticas alternativas, mas dotadas cada uma de uma mesma visão inspiradora. De outra parte, o governo também tem necessidade do partido, porque é através dele que é obtido o indispensável apoio da sociedade para a



consecução dos objetivos governamentais.
(...) Em síntese, a democracia moderna depende visceralmente do partido político".

Com efeito, é o partido político, a despeito do crescimento dos meios de comunicação de massa, o verdadeiro formador de opinião nas democracias consolidadas.

Ao examinar o dispositivo constitucional que trata dessa imunidade, **MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO**, no seu "**Comentários à Constituição Brasileira de 1988**", v. 3, p. 103, espousa entendimento semelhante:

"(...) A imunidade é conferida aos partidos em razão da importante função política que a Constituição lhes atribui. Exatamente em virtude dessa função, considerada necessária à Democracia, a Lei Fundamental lhes explicita um estatuto que os faz, como na Itália, verdadeiros "enti ausiliari dello Stato", na expressão de Biscaretti di Ruffia".



Daí por que a supressão da alínea "c" do inciso VI do art. 150 da Lei Maior, ora intentada pela proposta em análise, fere direitos e garantias individuais: a liberdade partidária e de associação (art. 5º, VI, VIII, XVII, XVIII e XXXVI, da Constituição Federal).

Aqui, também, em sendo realista, sabemos que haverá perseguição através da fiscalização tributária. Não estamos ainda convenientemente preparados, além de ser inerente ao ser humano, abusar das oportunidades, ou melhor, das possibilidades que se lhe oferecem de afastar o concorrente, o competidor, destruí-lo, se capaz for, para que possam triunfar suas idéias ou seus interesses.

É evidente que os partidos de oposição, bem como os sindicatos inconvenientes aos donos do poder, serão molestados, prejudicados, perseguidos, impossibilitados, enfim, de cumprir suas finalidades políticas e sociais, em prol do fortalecimento da sociedade e da nossa incipiente democracia. Quanto as instituições de Educação e de Assistência Social são elas entidades auxiliares do Estado, sem fins lucrativos. Tributá-las seria como a União tributar os Estados, municípios e vice-versa.

Acresce o fato de ter esta mesma douta Comissão, recentemente, ao votar a PEC 33/95, da Previdência Social, incluído um DVS que retirava das associações filantrópicas o encargo, a contribuição previdenciária. Ora, se já aprovamos a manutenção da isenção previdenciária, como vamos agora acabar com a imunidade



tributária dessas mesmas entidades? Se assim o fizermos, penso, estaremos mostrando uma total falta de coerência, maculando com certeza o juízo positivo de grande respeitabilidade de que goza esta Comissão, aqui na Câmara e junto a Sociedade.

Ante tudo isso e, ainda, sabendo que tanto os partidos políticos como os sindicatos não têm qualquer finalidade lucrativa, podendo ser colocados como tão importantes e necessários à Sociedade e ao Estado, como o são as entidades filantrópicas e educacionais sem finalidade lucrativa e de utilidade pública, e, mais, não sabendo sequer que tipo de tributo possa ser a eles imputado, acho que devem ficar como estão. Ou seja, não devem ser tributados.

Neste ponto, não procede a objeção de que a imunidade em questão não é garantia individual por não se encontrar elencada no capítulo específico. A própria Constituição recusa o critério, ao estabelecer no § 2º do art. 5º:

"Art. 5º.....

.....

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados



internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte".

De todo modo, é forçoso reconhecer que existem organizações que, embora enquadradas nesse princípio, na verdade não deveriam ali estar, pois servem de pretexto para beneficiar pessoas que delas usufruem para tirar lucros fabulosos.

Mas os erros não destroem os fundamentos, não invalidam os princípios, cabendo, neste caso, aos órgãos de concessão dos certificados de utilidade pública procederem rigorosa fiscalização e investigação antes de conceder esses certificados, além de deixar neles expressa a possibilidade de cancelamento, caso fujam da finalidade aventada.

Finalmente, entre o mal menor - permitir que usufruam da imunidade fiscal publicações de conteúdo ou qualidade duvidosos, sempre uma avaliação de cunho subjetivo - e o mal maior - possibilitar a asfixia econômica e a liberdade de imprensa escrita - a Assembléia Constituinte, livre e soberana, fez a opção que melhor aproveita ao interesse público: manteve a imunidade plena para os livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão, consolidando-a como garantia das liberdades de manifestação do pensamento, da expressão e da comunicação. Com isso, procurou também o constituinte



baratear o produto, torná-lo acessível as camadas mais humildes, a fim de facilitar sua divulgação e, com ela, incentivar a educação e a cultura nacional.

É bom frisar que a empresa jornalística, a editora, não é imune a tributação, a imunidade é do produto, livro, revista, jornal e o papel que os imprime. Caso seja quebrada essa imunidade, evidentemente serão os consumidores que irão pagar a diferença entre o preço do produto não tributado (atual) e o novo preço com tributação.

Qual será a consequência disso para a nossa já combalida educação?

ALIOMAR BALEEIRO, no seu "Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar", p. 189, quando analisa a imunidade em tela, então prevista no art. 19, III, "d", da Emenda nº 01/69, preleciona que:

"(...) A Constituição almeja duplo objetivo ao estatuir essa imunidade: amparar e estimular a cultura através dos livros periódicos e jornais; e garantir a liberdade



de manifestação de pensamento, o direito de crítica e a propaganda partidária".

Na Constituição vigente, o art. 5º e respectivos incisos contêm, como sabemos, o elenco de direitos e garantias individuais e coletivos. É evidente que as alíneas "b", "c" e "d" do inciso VI do art. 150 da Lei Magna, que configuram as limitações ao poder de tributar e as garantias do contribuinte, são, de igual modo, garantias das liberdades religiosa, partidária e de expressão, enquadrando-as perfeitamente na conceituação doutrinária de garantia, como mostra JOSÉ AFONSO DA SILVA, na sua citada obra, p. 172:

"As garantias constitucionais em conjunto caracterizam-se como imposições, positivas ou negativas, aos órgãos do Poder Público, limitativas de sua conduta, para assegurar a observância ou, no caso de violação, a reintegração dos direitos constitucionais".

Como já observado, a Lei Maior veda, de modo expresso, a deliberação de proposta de emenda tendente a abolir os direitos e garantias individuais (art. 60, § 4º, IV). Sobre o sentido e o



alcance do termo, assim se expressou GERALDO ATALIBA, no seu "República e Constituição", p. 11:

"Não pode o órgão de reforma, o Congresso Nacional, sequer discutir qualquer dispositivo tendente (que abrigue tendências; que leve; que conduza; que encaminhe; que facilite; que possibilite indiretamente) à abolição dos dois princípios, reputados tão importantes, tão fundamentais, tão decisivos, que tiveram um tratamento sacro, proteção absoluta, erigidos que foram em tabus jurídicos".

Nesta mesma orientação, manifesta-se **JOSÉ AFONSO DA SILVA**, na sua citada obra, p. 61:

"(...) A vedação atinge a pretensão de modificar qualquer elemento conceitual de Federação, ou do voto direto, ou indiretamente restringir a liberdade religiosa, ou de comunicação ou outro direito e garantia individual; basta que a



proposta de emenda se encaminhe ainda que remotamente, "tenda" (emendas tendentes, diz o texto), para a sua abolição."

Finalmente, devo ainda acrescentar que há erro de técnica Legislativa, na PEC em questão, susceptível de correção, nesta Comissão.

Na hipótese de vir a ser admitida essa proposição, é preciso incorporar a letra "a" ao inciso VI do artigo 150, que passaria a ter a seguinte redação: "VI - instituir impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços uns dos outros".

Todos os argumentos que, por amor e respeito à Lei Maior, foram apresentados sem luxo de erudição, conduzem-nos à conclusão que a proposição ora em discussão não pode subsistir, pois que está em antagonismo com princípios insertos no Diploma Excelso.

Ante o exposto, nosso voto é pela inadmissibilidade da Emenda à Constituição nº 176, de 1993, porquanto, ao pretender suprimir imunidades tributárias reiteradamente reconhecidas pela doutrina, pela jurisprudência e pela prática legislativa brasileiras e estrangeiras como garantias dos direitos de liberdade



religiosa, partidária e de manifestação do pensamento, da expressão e da comunicação, fere a limitação material ao Poder Reformador contida no art. 60, § 4º, IV, da Constituição Federal.

Sala da Comissão, em 25.05.95


Deputado JAIR SIQUEIRA
RELATOR.

/fcc.



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 176, DE 1993

Suprime dispositivos do art. 150 da Constituição Federal.

Autores: EDUARDO JORGE e Outros
Relator: JAIR SIQUEIRA

COMPLEMENTAÇÃO DE PARECER

Por ocasião da discussão da proposição em epígrafe, nas reuniões dos dias 06 e 07 de junho do corrente, tendo em vista o requerimento de destaque para votação em separado apresentado pelo eminente Deputado Régis de Oliveira, com fulcro no art. 162, I, do Regimento Interno, a Comissão decidiu acolher parcialmente o meu parecer, pela inconstitucionalidade da Proposta de Emenda à Constituição.

Assim sendo, foi considerada inadmissível a proposição supramencionada, relativamente às alíneas "b" e "c" do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, acolhidas, portanto, as ponderações constantes de meu parecer. Quanto a alínea "d", do mesmo dispositivo constitucional, este Órgão Técnico decidiu pela sua admissibilidade, contrariamente ao entendimento esposado por este Relator. Segue, portanto, para a Comissão Especial a ser criada, somente o texto da Proposta de Emenda à Constituição tendente a suprimir a alínea "d" do inciso VI de nosso Estatuto Político.

Sala da Comissão, em 07 de junho de 1995.


Deputado JAIR SIQUEIRA
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 176, DE 1993

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reuniões ordinárias realizadas nos dias 6 e 7 de junho do corrente, ao apreciar a Proposta de Emenda à Constituição nº 176/93, opinou, nos termos do parecer do Relator, pela sua inadmissibilidade no que concerne às alíneas "b", com votação unânime, e "c", do inciso VI do art. 150 da CF, tendo esta recebido os votos contrários dos Deputados Vicente Cascione, Ciro Nogueira, Jairo Azi, José Luiz Clerot, Elias Abrahão, Régis de Oliveira, Zulaiê Cobra, José Genoíno, Marcelo Déda, Milton Mendes, Milton Temer, Marconi Perillo, Talvane Albuquerque, Alcione Athayde, De Velasco e Alexandre Cardoso. Com relação a alínea "d" do referido inciso, opinou, contra os votos dos Deputados Jair Siqueira, Cláudio Cajado, Paes Landim, Roberto Magalhães, Jair Soares, Jairo Azi, Gerson Peres, Jarbas Lima, Prisco Viana, Valdenor Guedes, Coriolano Sales, De Velasco e Nilson Gibson, pela sua admissibilidade. Os Deputados Prisco Viana e Régis de Oliveira apresentaram declarações de voto.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Roberto Magalhães - Presidente, Nestor Duarte, Valdenor Guedes e Zulaiê Cobra - Vice-Presidentes, Benedito de Lira, Cláudio Cajado, Jair Siqueira, Paes Landim, Rodrigues Palma, Vicente Cascione, Vilmar Rocha, Edinho Araújo, Jorge Wilson, José Luiz Clerot, Nicias Ribeiro, Almino Affonso, Danilo de Castro, Régis de Oliveira, Vicente Arruda, Adylson Motta, Gerson Peres, Ibrahim Abi-Ackel, Jarbas Lima, Prisco Viana, Hélio Bicudo, José Genoíno, Marcelo Déda, Milton Mendes, Marconi Perillo, Talvane Albuquerque, Coriolano Sales, Matheus Schmidt, Alexandre Cardoso, Nilson Gibson, Aldo Arantes, Jairo Carneiro, Ciro Nogueira, Jair Soares, Jairo Azi, José Rezende, Aloysio Nunes Ferreira, Elias Abrahão, Milton Temer, Severiano Alves, De Velasco, Adhemar de Barros Filho, Alcione Athayde, Ary Kara, Gilvan Freire, Ivandro Cunha Lima, João Natal e Eduardo Mascarenhas.

Sala da Comissão, em 07 de junho de 1995

Deputado ROBERTO MAGALHÃES

Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



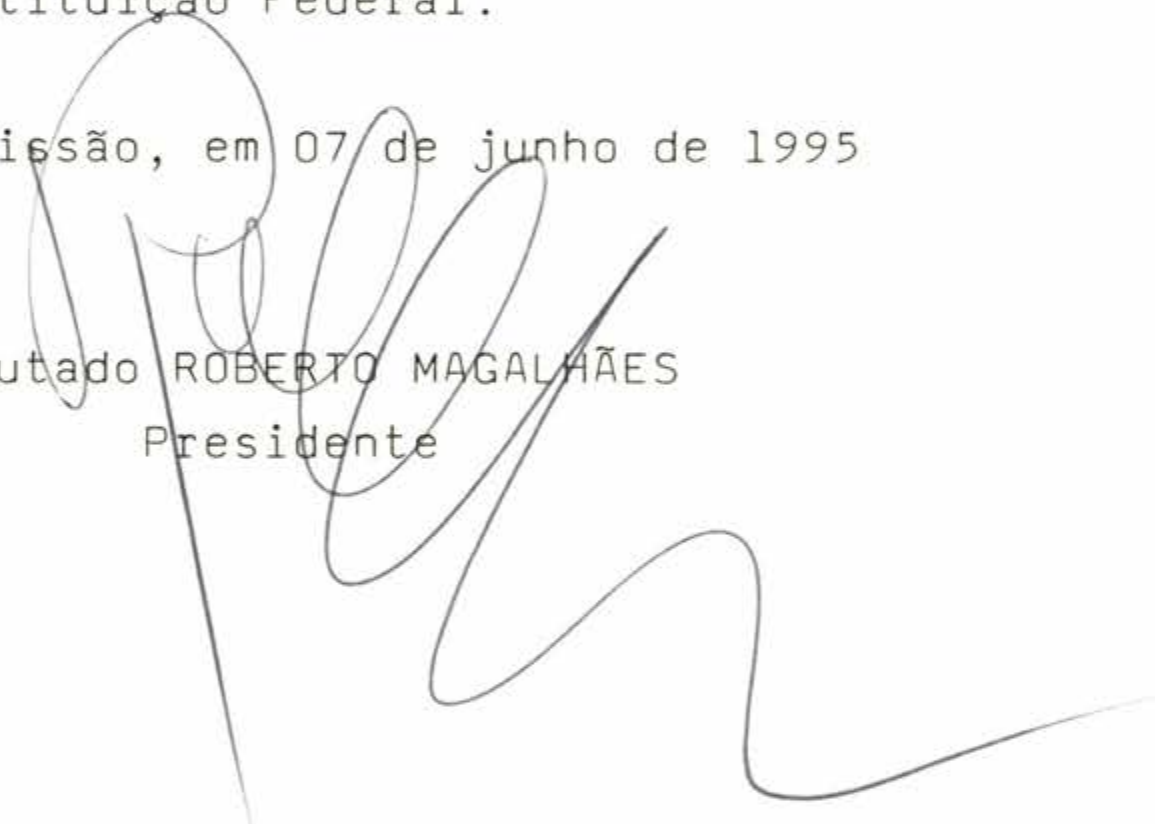
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 176, DE 1993

EMENDA ADOTADA - CCJR

Suprimam-se, do art. único da proposta, as modificações referentes à supressão das alíneas "b" e "c" do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal.

Sala da Comissão, em 07 de junho de 1995

Deputado ROBERTO MAGALHÃES
Presidente





IMUNIDADE TRIBUTÁRIA SOBRE TEMPLOS, PARTIDOS POLÍTICOS, LIVROS, JORNAIS, PERIÓDICOS E PAPEL DESTINADO A SUA IMPRESSÃO

Deputado Federal REGIS DE OLIVEIRA

1. RELATÓRIO

Apresentou o ilustre Deputado projeto de emenda constitucional através da qual objetiva a eliminação de impostos sobre:

a) templos de qualquer culto;

b) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei e

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

É relator o digno Deputado JAIR SIQUEIRA que apresenta parecer sobre a inadmissibilidade do projeto

2. VOTO

Importante notar que os projetos de emenda constitucional e de lei têm diferente tramitação no âmbito da Câmara dos Deputados. Os projetos de lei podem ingressar originariamente em alguma comissão temática, em sintonia com a matéria objeto da alteração ou, diretamente nesta Comissão



de Constituição e Justiça. Já os projetos de emenda constitucional, forçosamente têm o início de seu curso nesta Comissão. Posteriormente, vão à Presidência da Casa, para designação de Comissão Especial que, então, irá analisar o merecimento da proposta.

Cabe, pois, à Comissão de Constituição, Justiça e Redação apenas e tão-somente, nos estritos limites da sua competência, a aferição sobre a **admissibilidade do projeto de emenda**. Juízo exclusivo de contraste de seu teor com as normas constitucionais.

De início, causa espécie, porque toda emenda, em princípio, é passível de apreciação. Assim não é, entretanto.

Primeiro aspecto diz respeito à **legitimidade do autor ou autores da proposta**. Não é qualquer um que pode apresentar proposta de emenda constitucional. Apenas aquele legitimado pelo ordenamento normativo ou, mais precisamente, as pessoas (físicas, orgânicas ou jurídicas) que estão qualificadas para sua formulação. O **requisito é subjetivo**. O rol das pessoas qualificadas está no art. 60 da Constituição da República. A saber, um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal (inciso I), o Presidente da República (inciso II) e mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros (inciso III).

O segundo requisito é de não se encontrar o país na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio (§ 1º do art. 60).

Terceiro requisito, denominado de **material** é a limitação imposta pelas denominadas **cláusulas pétreas**, ou seja, alguns pontos que o legislador constituinte objetivou imunizar contra alterações futuras por parte do



legislador ordinário. Estão elas previstas nos incisos I a IV do § 4º do art. 60.

Sabidamente, o texto normativo solene forma-se ou tem origem em alguma situação fática (norma hipotética fundamental, na lição kelseniana), não positiva e somente imaginada, que dá origem a uma situação de emanação de um texto soberano, que irá disciplinar a vida jurídica, política, econômica e social de determinada comunidade. É a constituição de um Estado. São regras básicas que, na origem, apenas disciplinavam a forma de exercício de poder, determinava suas instituições e dispunham sobre o controle do poder. Era o que se chamava de **constituição em seu sentido material**. Com o evoluir das sociedades, passou a disciplinar toda vida em seus mais diferentes planos, constitucionalizando questões até então limitadas a disposições legais. Daí surgir a **constituição em seu sentido formal**.

Entendeu o legislador constituinte que algumas matérias consolidadas no texto seriam inalteráveis, em face de sua importância, o que advém, quase que normalmente, após regimes totalitários. O desespero com eles leva ao oposto, a saber, à rejeição a qualquer norma que possa alterar direitos individuais, diante da violência política por que passou recentemente o país.

Imuniza contra alterações os direitos individuais, evitando que maioria momentânea possa alterar direitos adquiridos e conquistados com suor e, às vezes com sangue.

Em suma, a Constituição pode ser emendada em quase tudo. Menos no que diz respeito às cláusulas pétreas e outros princípios decorrentes do sistema constitucional e dele inerente.



Em princípio, nada obsta a alteração dos dispositivos mencionados na proposta. Veda o inciso VI do art. 150 que se possa instituir impostos sobre a matéria já discriminada no início do parecer.

No procedimento interno da Câmara, como vinha dizendo, há o início da apresentação e sua direção à Comissão de Constituição, Justiça e Redação para emissão de parecer pela **admissibilidade**. Esta, nos estreitos limites do que se vem dizendo cinge-se a saber se quem podia propor o projeto tem legitimidade e para fazê-lo (aspecto subjetivo); se não se está em estado de sítio, emergência ou intervenção (estado de excepcionalidade política) e se não há agressão a cláusulas pétreas e demais princípios esparsos no interior do sistema normativo. Não se cuida, pois, de exame do **mérito** da proposta. Se é conveniente, oportuno, se convém a alteração do conteúdo de qualquer dispositivo. Tais questões apenas aflorarão na denominada **comissão especial**. Aqui, o exame é exclusivamente técnico. Examina-se o aspecto constitucional e redacional. Em relação à emenda, cinge-se a controvérsia ao exame da **admissibilidade** do projeto.

Assim sendo, se convém da extinção da imunidade tributária dos templos, jornais e partidos políticos, é matéria que não comporta discussão nesta fase procedimental, o iter é apenas, aqui, de **admissibilidade** e, sendo a conveniência da alteração examinada em outra fase.

Em qualquer processo é assim: inicia-se ou faz-se um exame prévio das **condições** da ação ou do recurso. Quem o apresentou podia fazê-lo? É ele tempestivo? Formalmente está em ordem? Admitido o recurso, segue sua fase seguinte que é o **exame do merecimento**.

Analisemos cada hipótese



a) VITTÓRIO CASSONE ensina que “a imunidade objeto da letra b procura resguardar da tributação os templos de qualquer culto, e deve ser conjugada com o artigo 5º, VI, que garante a inviolabilidade e a liberdade de consciência e de crença, assegura o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e às suas liturgias” (“Sistema tributário nacional na nova Constituição”, ed. Atlas, 1989, pág. 45). PONTES DE MIRANDA esclarece que “ficaram imunes a impostos os templos de qualquer culto; não, porém, as casas de residência dos padres, pastores, rabinos, etc..., salvo se dentro do próprio edifício do templo” (“Comentários À Constituição de 1967, Forense, 1987, pág. 425).

Assevere-se que todo rendimento eventual, os imóveis não destinados aos cultos, a casa de residência do padre, pastor ou rabino, tudo é tributado. Apenas não o é o local do templo.

Guarda a imunidade sintonia com as liberdades individuais. Assim, é inviolável a liberdade de consciência e crença, “sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção de culto e a suas liturgias” (inciso VI do art. 5º). Demais, ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa (inciso VIII do art. 5º). O que fez o legislador constituinte? Erigiu a religião, não em problema do Estado, mas protegeu-a de tal forma que sintonizou o inciso VI do art. 5º, com a imunidade de impostos sobre os templos de qualquer culto. Não há como separar os valores. Para que se assegure o livre exercício dos cultos religiosos, é imprescindível que tenha o crente seu lugar de cultuação de seus valores religiosos. Como dar-lhe tal garantia, se se permitiu a penhora do imóvel em decorrência do não pagamento de tributos? Como permitir o livre exercício do culto, se houver tributação por parte de Poder municipal fron-



talmente ostensivo à prática religiosa? Se o agente político for hostil, não poderá instituir ou majorar tributos, de forma a tornar inviável seu pagamento, forçando o líder religioso a sujeitar o imóvel a constrição judicial?

Qual o objetivo efetivo do constituinte na proteção da imunidade tributária? Resguardar o templo contra a sanha daqueles agentes políticos que possam querer atingi-los por motivos menos nobres ou por mera perseguição religiosa diante da divergência de culto.

Há efetiva relação entre o inciso VI do art. 5º a letra b do inciso VI do art. 150.

O texto erigiu a liberdade de crença assegurando o “livre exercício dos cultos religiosos”. É fundamental a precisão do conceito em análise. A liberdade pressupõe a inexistência de limitações, no caso concreto. É que somente se pode dar a liberdade do culto se não houver a interferência do poder estatal. Nenhum tipo de interferência, seja ele no condicionamento do exercício da liberdade, porque restrição significa possibilidade de eliminação e, também, inadmite invasão tributária, porque o poder de tributar envolve o poder de destruir, na preciosa lição do Juiz MARSHALL (“Marbury x Madison”). A juridicização de valores éticos e religiosos envolve maior significado dentro das liberdades públicas. Significa que os torna intangíveis e inalcançáveis por governos futuros e, também, relacionando-os com as denominadas cláusulas pétreas, imuniza-os contra ações futuras de quem quer que seja.

A imunidade, no dizer dos doutos, tem previsão constitucional e inadmite a instituição do tributo ou imposto, conforme o caso. Impede ao legislador que crie o imposto. No dizer de ALKOMAR BALEEIRO, as imunidades são disposições da Lei Maior “que vedam ao legislador ordiná-



rio decretar impostos sobre certas pessoas, matérias ou fatos, enfim situações que define (“Uma Introdução à Ciência das Finanças”, pág. 262). ULHOA CANTO esclarece que “imunidade é a impossibilidade de incidência que decorre de uma proibição imanente, porque constitucional...” (“Temas de Direito Tributário”, Rio de Janeiro, ed. Elba, 1964, vol. 3, pág. 190).

Imunidade com isenção não se confunde. A primeira é constitucional; a segunda, legal. A primeira impede o legislador de criar a hipótese de incidência; a segunda impede a cobrança, atendendo a circunstâncias políticas, fatos, pessoas, etc... e pode ser tributada a qualquer tempo. Está no nível de lei.

Dai e em sintonia do quanto se vem dizendo, o legislador constituinte não só erigiu a matéria em dispositivo constitucional, como, aí a importância do problema, imunizou-a e vinculou-a direito individual de crença, estipulando o livre exercício dos cultos religiosos. Logo, é imprescindível que o templo permaneça livre de qualquer violência ou violação por parte do poder terreno, a fim de assegurar o livre exercício de culto religioso.

De outro lado, dispõe o inciso I do art. 19 que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, “estabelecer cultos religiosos a igrejas, subvencioná-las, embaraçar-lhes o funcionamento a manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma de lei, a colaboração de interesse público”.

A relação alcança, não só a edição de normas que vedem obstáculos ao culto, mas, em sintonia com os demais dispositivos constitucionais já invocados, forma um complexo de proteção do templo, o que envolve, também, sua inviolabilidade tributária.



Observa-se que as normas, num todo harmônico, não se isolam ; ao contrário interpenetram-se, a formar um sistema pleno e consistente, o que desemboca no delta da inconstitucionalidade da emenda.

O princípio ora reduzido é compatível com os demais decorrentes do sistema mencionado, nos exatos termos do 2º do art. 5º da Constituição da República.

Dentro do que se vem dizendo e analisando a letra b do inciso VI do art. 150, **inadmissível** é a alteração proposta, porque infringente do inciso VI do art. 5º da Lei Maior, combinado com o inciso IV do § 4º do art. 60, ambos da Constituição da República.

b) O segundo item diz respeito à revogação da imunidade concedida a partidos políticos, fundações, entidades sindicais de trabalhadores e das instituições de educação de assistência social sem fins lucrativos.

Aqui , a solução há de ser diferente, ao menos em parte. Em primeiro lugar, a imunidade aos partidos políticos não tem sentido jurídico. Antigamente, no texto anterior, o partido era pessoa jurídica de direito público e , pois, poderia fazer jus a algum privilégio tributário. Entretanto, sendo , agora, pessoa jurídica de direito privado (§ 2º do art. 17 da Constituição da República), não mais se justifica qualquer prerrogativa ou privilégio. Poder-se-ia tentar vincular a existência do partido com a própria essência do estado democrático. Embora assim seja, não guarda sintonia com resguardo tributário, em relação a seu patrimônio, que pode ser formado não só pela contribuição de parlamentares , associados, filiados, mas também fruto de doações.

De outro lado, fácil será aos parlamentares a aprovação de lei de isenção.



A liberdade de associação (inciso XVIII), a impossibilidade de exigência à associação são liberdades de disposição na intimidade de cada qual. Entretanto, a liberdade prevista no art. 5º é genérica e assegura a intimidade do indivíduo. A liberdade partidária vem prevista no art. 17 e não guarda vínculo com a imunidade objetivada.

Diga-se o mesmo com as fundações partidárias, servindo o raciocínio às entidades sindicais dos trabalhadores.

Não se as está desvalorizando nem dando a elas tratamento menor. É que, por não guardarem vínculo com a efetiva manifestação do local onde devem ser exercidas, é que o problema pode ser tratado como desconstitucionalização, ou seja, retirar delas o anteparo da imunidade, para trazê-las para o campo da isenção.

Observa-se, mais, que a imunidade ao templo nenhum condicionamento tem, enquanto que a imunidade às entidades ora mencionadas apenas de observa quando “atendido os requisitos da lei” (parte final da letra c). Uma é imunidade incondicionada; outra condicionada a requisitos que a lei especificará e que serão demonstradas de tempo em tempo.

A ninguém de bom senso passará a necessidade da exigência de tributar “instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos” (letra c do item VI do art. 150). Entretanto, nenhum país do mundo mantém em seu texto a imunidade relativa a impostos. Aqui, sobreleva o social, que todos têm o dever de atender. Entretanto, não há necessidade de erigi-la à condição de imunização.

Observe-se que os sindicatos e fundações partidárias não figuravam no texto anterior. Percebe-se, claramente, que há fluidez na imunidade, o



que torna possível a alteração do texto, não estando vinculadas, nenhuma das entidades mencionadas, com direitos impostergáveis da pessoa humana.

Daí propor a **admissibilidade da emenda**.

c) o terceiro item diz respeito à imunidade a livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

Segundo IVES GANDRA, “a imunidade objetiva claramente impedir, por motivos que o constituinte considera de especial relevo, que os poderes tributantes, pressionados por seus “deficits” orçamentários, invadam áreas que, no interesse da sociedade, devam ser preservadas” (“Comentários à Constituição do Brasil”, ed. Saraiva, 6º vol., tomo I, págs. 187-8).

Entendo inexistir qualquer razão jurídica ou política para a preservação do dispositivo, nem há cláusula obstativa para sua supressão do texto constitucional. É que os grandes conglomerados noticiosos ou publicadores constituem-se em empresas de sólido poderio econômico. Constituem-se em grandes empresas, “holdings” de manuseio de informações, e mesmo as pequenas que delas se utilizam para manipulação política, todas objetivam finalidade lucrativa. O objetivo primeiro da norma é propiciar que a cultura (art. 215), objetivo do Estado, seja ampliado e popularizado. O objetivo é fazer com que as informações e a cultura cheguem ao povo brasileiro.

Não é o que se vê no Brasil. A imunidade dada a tais objetivos foi desviada de sua finalidade, não mais se justificando sua manutenção no texto. Há revistas finíssimas, que não se destinam à cultura, mas a divulgação até de feitos e proezas de tais entidades.

Ainda que assim não fosse, o próprio IVES GANDRA assinala que “à evidência, as revistas que são exibidas pelas bancas de jornais não ho-



menageiam nem a dignidade, nem a cultura, nem o respeito à criança e ao adolescente, não se justificando, pois, o benefício da imunidade" (ob. cit., pág. 189, nota 7 do rodapé).

Vê-se que a matéria bem pode situar-se no nível da isenção, ou seja, no problema da liberdade do legislador em conceder algum benefício ou não.

O objetivo inicial que era o de beneficiar a cultura, realmente, não prevalece, no caso.

Não há, também, qualquer agressão a cláusula pétrea, de forma a impedir a admissibilidade da emenda.

Em suma, proponho a admissibilidade da proposta.

Eventualmente, aceitaria a manutenção da imunidade limitada a livros de cunho educacional à população de pouca renda, jornais populares e papel também de pouca qualidade, à fim de possibilitar o acesso às informações e à cultura a pessoas de pouca renda.

Sintetizando, meu voto propõe:

a) inadmissibilidade do projeto de emenda constitucional em relação à letra b do inciso VI do art. 150; e

b) admissibilidade do projeto de emenda constitucional em relação letras c e d do item VI do art. 150.

Sala de Sessões,

REGIS DE OLIVEIRA
DEPUTADO FEDERAL-PSDB/SP



CÂMARA DOS DEPUTADOS



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 176, DE 1993

Altera a redação ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal.

Autor: Deputado **EDUARDO JORGE** e outros
Relator: Deputado **JAIR SIQUEIRA**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Acompanho o bem elaborado voto do eminente Relator, embora com restrições, ou, antes, com sugestão que entendo capaz de contornar a inconstitucionalidade averiguada em relação à proposição em pauta.

De fato, no contexto da Carta de 88, afigura-se inadmissível o emendamento pretendido pelos ilustres Autores da PEC nº 176, de 1993, através da supressão das alíneas "b", "c" e "d" do inciso VI do art. 150 (que consagram a "imunidade tributária" de templos, partidos e sindicatos, instituições de educação e de assistência social).

Semelhante iniciativa entra em testilha com a garantia inscrita, à sua vez, no inciso IV do § 4º do art. 60, a chamada "cláusula pétrea", por ferir direitos e garantias individuais das várias entidades antes nominadas.



No caso, porém, de adotar-se a mesma providência em relação a "livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão", não parece suscetível de idêntica limitação, salvo se admitirmos, por via oblíqua e interpretação dúbia, o atingimento da esfera de direitos próprios de editoras, jornais e fábricas da celulose empregada na confecção desses veículos de comunicação.

Ocorre que, na espécie, depara-se com a **imunidade objetiva**, que tem em vista os bens ou produtos e não a titularidade de direitos por pessoa física ou jurídica; em outras palavras, o preceito constitucional considera o fato gerador e não o sujeito passivo da obrigação tributária.

De qualquer sorte, porém, a medida colimada com a Proposta em discussão nesta CCJR advém da série de abusos e distorções, amplamente conhecidos e divulgados pela imprensa, argüíveis contra entidades legalmente beneficiadas pela imunidade tributária, ou seus dirigentes.

À sombra da imunidade, desenvolvem-se atividades pouco ou nada condizentes com as finalidades essenciais das mencionadas instituições, que servem, não raro, de biombo ou anteparo a falsos mentores, sob o véu de intransparência e suspeição que cerca suas ações escusas ou nefastas, ilaqueando a boa-fé, a credence ou o sentimento de caridade e o espírito de religiosidade das pessoas e multidões.

Outras vezes, a garantia que recobre certas entidades filantrópicas, comumente sob a forma de fundações, se prestam à evasão ou até à sonegação fiscal, constituindo meio e modo com que seus mantenedores deixam de recolher os tributos por eles devidos como pessoas físicas ou jurídicas.



Da mesma forma, a outorga no campo editorial deveria ter em vista, precípua ou unicamente, expandir a cultura, favorecer a educação, mormente o livro didático e o material escolar, e fomentar a comunicação social escrita.

No entanto, por trás dessa capa de fins elevados, dita imunidade tem servido para tornar mais lucrativas publicações de fins estritamente comerciais, veículos de publicidade paga, ou para fomentar a produção editorial de conteúdo pornográfico ou meramente lúdico, que movimentam cifras bilionárias, refletindo o compromisso primeiro com o lucro que com a cultura, portanto com ampla capacidade contributiva.

Por essas razões, em mais de uma oportunidade, houve já os que propugnaram pela extinção das referidas imunidades tributárias, pretendendo que as respectivas hipóteses venham a ser contempladas como passíveis de isenção, de acordo com critérios de lei e tendo em vista situações concretas justificadoras do beneplácito.

Tal é o critério que figura nas hipóteses listadas na alínea "c", cuja concessão fica sujeita "aos requisitos de lei", o que parece mais consentâneo com a realidade presente na sociedade atual e apta a realizar os fins buscados pelo Legislador Constituinte.

Resguarda-se, por essa forma, o instituto da imunidade tributária em face das deformações e deturpações incontáveis que hoje se multiplicam, nesse peculiar terreno, nulificando as boas intenções da lei e fazendo desta, por mais paradoxal que seja, abrigo intransponível à ação saneadora do Poder Público e da Justiça.

Em tal monta, melhor andou nosso Direito Constitucional positivo anterior, nomeadamente a Carta de 46, que englobava num só preceito (alínea "b" do inciso V do art. 31) as regras hoje contidas nas alíneas "b" e "c".



Impunham-se condições para a fruição da imunidade fiscal, enquadrando tanto os templos como os partidos políticos e as instituições assistenciais e educacionais, ao exigir a aplicação integral das suas rendas no país, e dentro das respectivas finalidades.

Pelo exposto, parece-me que a solução capaz de harmonizar a moldura constitucional tradicional e as exigências da sociedade e do direito contemporâneos consiste em, preservando o instituto, acautelar o interesse e a ordem públicos através do condicionamento da imunidade a requisitos expressos em lei, o que ensejaria, primeiramente, a discussão democrática dos critérios e, depois, a possibilidade de o Poder Público examinar cada caso em concreto.

Permitisse o Regimento o emendamento nesta fase da tramitação da Emenda Constitucional, eu o faria, no intuito do saneamento da inconstitucionalidade aqui apontada. Sugiro, entretanto, que o ilustre relator a examine, pois não lhe falta faculdade para tanto. Isso não ocorrendo, e sendo dada a admissibilidade, eu próprio o farei na Comissão Especial.

Sala da Comissão, em 06 de junho de 1995.


Deputado **PRISCO VIANA**



**EMENDA SUBSTITUTIVA À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 176, DE 1993**

Dá nova redação ao inciso VI do art.
150 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O inciso VI do art. 150 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 150

VI - instituir impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros, e, atendidos os requisitos da lei, sobre:

a) templos de qualquer culto;



b) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos;

c) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

....."

Sala da Comissão, em de de 1995.


Deputado **PRISCO VIANA**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Defiro o retorno à tramitação nesta Casa, das PECs nºs 169, 172 e 176, de 1993, restaurando-se seus processos e encaminhando-os, posteriormente, à CCJR. Publique-se.

Em 15/06/94

Presidente

OF.1J 0028/94

Brasília, 18 de maio de 1994.

Sr. Presidente,

Tendo em vista o seu ofício SGM/P, nº 32 de 12/1/94 e constatando que as emendas constitucionais de minha autoria que foram incorporadas à revisão constitucional não serão apreciadas, solicito que retorne a sua tramitação normal.

(Art. 3-º § 3-º da resolução nº 1/1993-RCF)

As emendas são:

nº 169/93

nº 172/93

nº 176/93

Atenciosamente,

Deputado EDUARDO BORGES

Exmo. Sr.
Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 176-A, DE 1993
(DO SR. EDUARDO JORGE)

Suprime dispositivos do artigo 150 da Constituição Federal; tendo pa-
recer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela inad-
missibilidade das alíneas "b", com votação unânime, e "c", do inciso
VI do art. 150 da Constituição Federal, contra os votos dos Srs.
Vicente Cascione, Ciro Nogueira, Jairo Azi, José Luiz Clerot, Elias
Abrahão, Régis de Oliveira, Zulaiê Cobra, José Genoíno, Marcelo Dé-
da, Milton Mendes, Milton Temer, Marconi Perillo, Talvane Albuquer-
que, Alcione Athayde, De Velasco e Alexandre Cardoso e pela admissi-
bilidade da alínea "d", do referido inciso, contra os votos dos Srs.
Jair Siqueira, Cláudio Calado, Paes Landim, Roberto Magalhães, Jair
Soares, Jairo Azi, Gerson Peres, Jarbas Lima, Prisco Viana, Waldenor
Guedes, Coriolano Sales, De Velasco e Nilson Gibson. Os Srs. Prisco
Viana e Régis de Oliveira apresentaram declarações de voto.

(PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 176, DE 1993, A QUE SE REFERE
O PARECER)



Câmara dos Deputados

PEC 176/1993

Autor: Eduardo Jorge

**Data da
Apresentação:** 10/11/1993

Ementa: SUPRIME DISPOSITIVOS DO ARTIGO 150 DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

**Forma de
Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Despacho: Retorne a PEC 176/93 à tramitação normal, nos termos do art.
202, § 2º, do RICD.

**Matérias
sujeitas a
normas
especiais:** Especial

Em 23/07/2003

JOÃO PAULO CUNHA
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

04/04/95

Secretaria-Geral da Mesa

fl. 1

PROPOSICAO : PEC 0038 / 95 DATA APRES.: 23/03/95
AUTOR : PAULO GOUVEA E OUTROS - PFL/SC

Altera o art. 167 da Constituicao Federal, para criar o Fundo Rodovia-
rio Nacional.

Despacho :
Constituicao e Justica e de Redacao



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 176, DE 1993.

Suprime dispositivos do
artigo 150 da Constituição
Federal.

Autor: Deputado EDUARDO JORGE

Relator: Deputado JOSÉ ABRÃO

NAO APRECIADO NA COMISSAO DE JUSTICA

I - RELATÓRIO

O ilustre Deputado Eduardo Jorge é o primeiro signatário desta Proposta de Emenda à Constituição que objetiva revogar os seguintes casos de imunidade, previstos no art. 150 da Constituição, relativos a impostos:

- a) templos de qualquer culto;
- b) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;
- c) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

É o relatório.



II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 202, caput, do Regimento Interno desta Casa, deve esta Comissão pronunciar-se, preliminarmente, sobre a admissibilidade da proposta.

Examinando a proposição, verificamos que ela obedece à norma contida no art. 60 da Lei Maior, pois há número suficiente de assinaturas e não se pretende abolir a forma federativa do Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, nem a separação dos poderes ou os direitos e garantias individuais.

Em face do exposto, votamos pela admissibilidade desta Proposta de Emenda à Constituição nº 176, de 1993.

Sala da Comissão, em 30 de agosto de 1993.

Deputado JOSÉ ABRÃO

Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 176, DE 1993.

Suprime dispositivos do
artigo 150 da Constituição
Federal.

Autor: Deputado EDUARDO JORGE

Relator: Deputado JOSÉ ABRÃO

I - RELATÓRIO

O ilustre Deputado Eduardo Jorge é o primeiro signatário desta Proposta de Emenda à Constituição que objetiva revogar os seguintes casos de imunidade, previstos no art. 150 da Constituição, relativos a impostos:

- a) templos de qualquer culto;
- b) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;
- c) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

É o relatório.



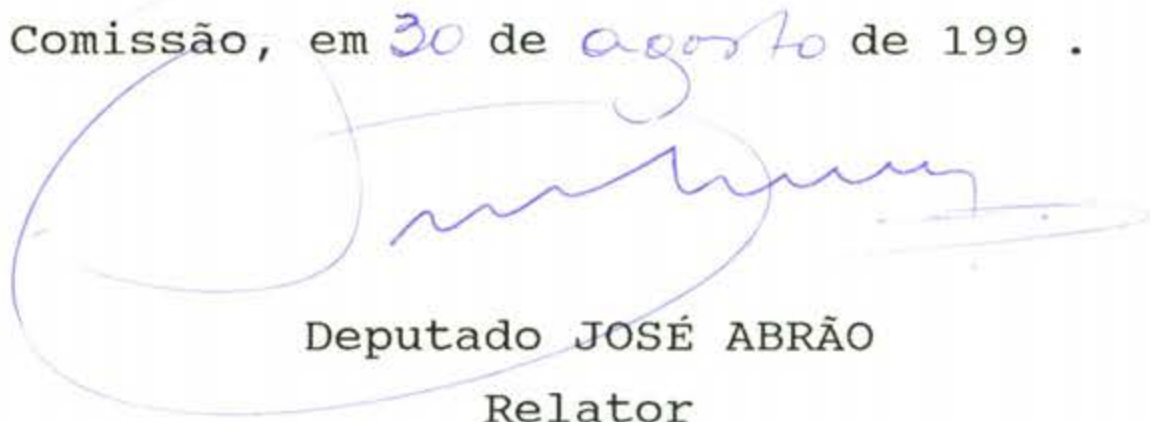
II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 202, caput, do Regimento Interno desta Casa, deve esta Comissão pronunciar-se, preliminarmente, sobre a admissibilidade da proposta.

Examinando a proposição, verificamos que ela obedece à norma contida no art. 60 da Lei Maior, pois há número suficiente de assinaturas e não se pretende abolir a forma federativa do Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, nem a separação dos poderes ou os direitos e garantias individuais.

Em face do exposto, votamos pela admissibilidade desta Proposta de Emenda à Constituição nº 176, de 1993.

Sala da Comissão, em 30 de agosto de 1993.



Deputado JOSÉ ABRÃO
Relator